

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

João Pessoa/PB/2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 119/2012**, da **Portaria TCU nº 150/2012** e das orientações do órgão de controle interno.



Superintendência Regional no Estado da Paraíba

Superintendente Regional: Lenildo Dias de Moraes e Cleofas Ferreira Caju

Procuradoria Federal Especializada

Procurador Chefe: Valdemi de Sousa Segundo

Divisão de Administração

Chefe da Divisão: Cleofas Ferreira Caju e José Antonio Queiroz dos Santos

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Chefe da Divisão: Antonio Dias de Lisboa

Divisão de Obtenção de Terras

Chefe da Divisão: Edvaldo Pereira da Silva

Divisão de Desenvolvimento

Chefe da Divisão: Marcos Faro Eloy Dunda

SUMÁRIO

SUMÁRIO	4
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	11
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	13
1.3 Organograma Funcional	18
1.4 Macroprocessos Finalísticos	25
1.5 Macroprocessos de Apoio	25
1.6 Principais Parceiros	25
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	26
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	29
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	29
2.4 Indicadores.....	30
3.1 Estrutura de Governança	33
3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos.....	34
3.3 Remuneração Paga a Administradores.....	36
3.4 Sistema de Correição	36
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	38
4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	93
7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	134
8.2. Análise Crítica	137
10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício	141
10.1. 2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	144
10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício	144
10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	144
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	145
10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	146
11.2.1 Declaração com Ressalva	148

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	11
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	35
Quadro A.4.1.1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105.....	39
Quadro A.4.1.1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426.....	43
Quadro A.4.1.1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387.....	44
Quadro A.4.1.1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460.....	51
Quadro A.4.1.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384.....	52
Quadro A.4.1.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374.....	53
Quadro A.4.1.1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427.....	57
Quadro A.4.1.1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7.....	60
Quadro A.4.1.1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396	62
Quadro A.4.1.1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398.....	66
Quadro A.4.1.1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06.....	68
Quadro A.4.1.1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320.....	69
Quadro A.4.1.1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358.....	78
Quadro A.4.1.1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370.....	81
Quadro A.4.1.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470.....	82
Quadro A.4.1.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1.....	84
Quadro A.4.1.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8402.....	87
Quadro A.4.1.4.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de Responsabilidade da UJ – Ação 2000.....	90
Quadro A.4.1.4.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572.....	91
Quadro A.4.1.4.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103.....	91
Quadro A.4.2.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	94
Quadro A.4.2.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	96
Quadro A.4.2.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos movimentação.....	97
Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	100
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	101
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de Referência.....	102
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	103
Quadro A.5.5 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	104
Quadro A.5.6 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	105
Quadro A.5.7 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	108
Quadro A.5.8 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	108
Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	109

Quadro A.5.10 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	110
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/1.....	113
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	114
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	115
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária.....	115
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	116
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e dois anteriores.....	117
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos -	119
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	119
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	121
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	122
Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	122
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.....	123
Quadro A.6.14 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	125
Quadro A.6.15 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	126
Quadro A.6.16 - Composição do Quadro de Estagiários.....	127
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	133
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	133
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	134
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	135
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	138
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	140
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	141
Quadro A.10.2 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	144
Quadro A.10.3 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	145
Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	148

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
 MAS – Microsistema de Abastecimento de Água
 MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
 MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MP - Medida Provisória
 MPF – Ministério Público Federal
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NE - Norma de Execução
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI – Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal
 PB – Projeto Básico
 PC – Plano de Compromisso
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PGE - Plano Geral de Estatísticas
 NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PC – Plano de Compromisso
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB – Relação de Beneficiários
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
 SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa - TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012, o Relatório de Gestão desta Unidade Jurisdicionada está composto de duas partes:

Parte A- Conteúdo Geral, itens de 1 a 11

Com relação aos itens 4.2.1; 4.2.2; 4.2.4.1; 5.5; 5.6; 6.1.8;6.2;11.4, 11.5; 11.6 constantes na DN-TCU-119, não se aplicam a natureza jurídica da UJ;

Nos itens 5; 5.1.1; 5.4.1.2; 10.1.2; 10.1.3;10.1.4, não houve ocorrências caracterizadas nessa situação no exercício de 2012.

Parte B - Conteúdo específico por Unidade Jurisdicionada ou grupo de unidades afins.

PARTE A–CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário			Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Incra na Paraíba			
Denominação abreviada: Incra SR(18)PB			
Código SIORG: 4140	Código LOA:		Código SIAFI: 373047
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	PABX	FAX	GABINETE
(083) 30499204	(083) 3049-9200	(083) 3049-9264	(083) 3049-9215
Endereço eletrônico: incrapb@jpa.incra.gov.br			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua Desportista Aurélio Rocha, 592, Bairro dos Estados, CEP 58031000, João Pessoa, Paraíba.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criado pelo Decreto-Lei n.º 1.110, DOU de 10/07/1970, extinto através de Decreto-Lei 2363, DOU de 21/10/1987, restabelecido através de Decreto-Legislativo 02, de 29/03/1989. Estrutura Organizacional aprovada pelo Decreto n.º 5.735, publicado no DOU de 28 de março de 2006, com nova redação dada pelo Decreto nº 5.928, publicado no DOU de 14 de outubro de 2006, revogados pelo Decreto 6.812, de 03 de abril de 2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA			
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual do Módulo de Monitoramento e Avaliação- 2009- Instrução Normativa 55 de 03 de agosto de 2009; Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008			
- Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006			
- Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006			
- Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto			

nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011

- Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010

- Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002

- Manual de Cadastro Rural

- Manual de Fiscalização Cadastral

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
Não se aplica a UJ	Texto

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
Não se aplica a UJ	Texto

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Não se aplica a UJ	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia responsável pela execução da Política de Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária do País, é partícipe essencial no desenvolvimento econômico, inclusão social e geração de emprego e renda no meio rural.

As Superintendências Regionais do Incra nas Unidades de Federação são órgãos descentralizados, executoras dos principais programas e ações indutores dos objetivos, cabendo-lhes coordenar e executar as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas a planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

Iniciando um novo ciclo alavancado pelo Plano Plurianual período 2012/2015, a alta direção do Incra convocou no início de fevereiro, os Superintendentes Regionais, Chefes de Divisões e Asseguradores de Planejamento das 30 (trinta) Superintendências Regionais do INCRA, para participação do Fórum Nacional de Planejamento e Gestão, com a finalidade de apresentar e discutir de forma participativa o planejamento das ações do órgão nas dimensões estratégicas e operacionais.

Na ocasião, foram apresentados e discutidos os documentos “Diagnóstico e proposições no contexto do desenvolvimento agrário 2011/2014” e “A reforma agrária no Governo Dilma: Política de desenvolvimento agrário, de combate à pobreza extrema e de aceleração do crescimento”, além do PPA 2012/2015. Com relação a este tema, ressalte-se que, conforme informação da sede, o prazo de discussão imposto pela SPI/MPOG para construção de PPA 2012-2015 foi extremamente curto, impossibilitando ampliar o debate com as unidades regionais na construção da proposta.

Dentre vários aspectos e situações expostas no documento denominado “Diagnóstico e proposições no contexto do desenvolvimento agrário 2011/2014” cabe destacar a proposta final que identifica operações prioritárias de execução, para reversão do passivo social acumulado e de cujos encaminhamentos e resultados podem influenciar significativamente a eficiência e efetividades das ações nos órgãos estaduais nos próximos exercícios, inclusive o exercício de 2012 em análise, que já sofreu algum tipo de impacto na gestão das Superintendências.

Em síntese, o Diagnóstico apresentou os seguintes pontos estratégicos:

Alteração e adequação do Marco Legal

- Reformular o marco legal para obtenção de áreas (especialmente índice de produtividade, juros compensatórios e Decreto 433/92);
- Instituir marco regulatório para remissão/rebate das dívidas contraídas pelas famílias assentadas beneficiadas pelo crédito-instalação;
- Revisar e simplificar normas e manual de aplicação dos créditos;
- Extinguir a aplicação de juros compensatórios e moratórios do processo de obtenção de terras.

Articulação interinstitucional

- Fazer gestão junto ao Poder Judiciário para a celeridade do fluxo dos processos de obtenção de terras (especialmente desapropriação por interesse social) e retomada de terras públicas;

- Negociar a inexigibilidade (flexibilização) do licenciamento ambiental para Projetos de Assentamento (o licenciamento deve se restringir à atividade produtiva geradora de impacto ambiental);
- Viabilizar a parceria entre o INCRA e a FUNASA para o abastecimento de água e saneamento para 170 mil famílias (Programa Água para todos);
- Viabilizar a disponibilização de energia elétrica, por meio do Programa Luz para todos em parceria com o Ministério das Minas e Energia, nos projetos de assentamento;
- Viabilizar a disponibilização de máquinas pelo PAC2 para recuperação/construção de estradas de acesso nos projetos de assentamento;
- Viabilizar o repasse das ações de habitação nos assentamentos para o Programa Minha Casa Minha Vida / CEF.

Qualificação de Projetos de Assentamento e Inclusão Produtiva Rural

- Inserção de 90 mil famílias assentadas no Programa de Apoio a Conservação Ambiental – Bolsa Verde;
- Viabilizar a recuperação/construção de estradas de acesso nos projetos de assentamento.
- Ampliar a oferta das ações do PRONERA;
- Contratar equipe de articuladores para o serviço de ATES com objetivo de qualificar as atividades de campo;
- Realizar capacitações das prestadoras de ATES, dos técnicos contratados e servidores do INCRA envolvidos;
- Realizar força tarefa para aplicação efetiva dos recursos depositados nas contas das associações;
- Ampliar a integração com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e outros mercados institucionais;
- Consolidar e titular até 10% dos projetos de assentamento priorizando aqueles com mais de duas décadas de criação em condições de autonomia socioeconômica;
- Incrementar os programas de produtividade e comercialização (Terra Sol) nos Projetos de Assentamento;
- Incluir a Terra como fator determinante para produção no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria;

Agenda Orçamentária/financeira

- Garantir os recursos orçamentários e financeiros para obtenção de terras para viabilizar o assentamento de 186 mil famílias acampadas;
- Garantir dotação financeira (suplementação) para o pagamento dos Restos a Pagar de exercícios anteriores a 2011;
- Viabilizar fluxo financeiro para cumprimento da LOA/Programação Operacional 2012;
- Instituir marco regulatório com previsão para remissão/rebate das dívidas contraídas pelas famílias assentadas beneficiadas pelo crédito-instalação.

Fortalecimento institucional

- Implantar rotina de planejamento estratégico apoiada por sistemas de gerenciamento de projetos;
- Aprimorar e integrar sistemas de TI;
- Massificar as ações de identificação, destinação e retomada das terras públicas;

- Criar um novo módulo no Sistema de Cadastro que efetive o controle e acompanhamento dos imóveis de estrangeiros;
- Implantar o CNIR (Cadastro Nacional de Imóveis Rurais);

Em seguida, foi apresentado e acordado entre a direção e as Superintendências, o Plano de Compromisso para o exercício de 2012, com ações e critérios definidores para metas físicas e limites orçamentários (estes ajustados após Decreto de contingenciamento) agrupados por Marcas de Gestão, resultado do planejamento estratégico da autarquia, assim definidas:

Marca de Gestão 1 – Viabilização do Acesso à Terra;
 Marca de Gestão 2 – Promoção da Inclusão Produtiva Rural;
 Marca de Gestão 3 – Energia e Água para Todos nos Assentamentos;
 Marca de Gestão 4- Eficiência na gestão do território;
 Marca de Gestão 5- Modernização da gestão e valorização dos servidores.

Durante o evento foi reforçado que o novo modelo do Plano Plurianual primava, dentre outras vantagens, pelo resgate da função de planejamento, pela possibilidade de efetivo monitoramento dos compromissos do governo, e especialmente, por acentuar as diretrizes no sentido de manter o foco na transversalidade, multi-setorialidade, territorialidade e regionalização das ações. Observa-se que nesse contexto, as Superintendências já executavam suas ações por essa vertente atendendo os princípios do Programa Território da Cidadania, cujo objetivo trata sobre superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Vale lembrar que no Estado da Paraíba são 06 Territórios da Cidadania, num total de 104 municípios, com população de 2.426.838. Destes, 421.456 correspondem à população rural, sendo 71.339 (17%) referentes à agricultura familiar, dos quais 9.422 (13,20%) famílias oriundas de projetos de assentamento da reforma agrária. Estas famílias estão distribuídas em 177 projetos de assentamento (61,03%) do total de 290 no estado da Paraíba. São 12 comunidades quilombolas e três indígenas.

Como eventos relevantes a considerar, em meados de março de 2012, igualmente ao que ocorreu em 2010 e 2011, houve mudança do Superintendente Regional, o que invariavelmente acarreta algum descompasso na gestão, seja de ordem administrativa ou operacional. No mês de abril, por um período de cerca de duas semanas, a sede do Incra na Paraíba esteve ocupada por famílias dos movimentos sociais, ação nacional conhecida como “abril vermelho” e no final do mês de junho até final de setembro, ocorreu a greve nacional dos servidores do Incra, com impacto direto na execução das ações programadas. Consideramos também no exercício, a mudança do presidente da autarquia, fato que redefiniu algumas orientações recebidas no início do exercício.

No terceiro trimestre do exercício, iniciaram-se as discussões para efetivação do Plano Brasil Sem Miséria no contexto da RA estadual, iniciado pelo o governo federal desde 2011. O objetivo geral do Plano Brasil Sem Miséria-PBSM é promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza e, como objetivos específicos elevar a renda familiar *per capita*, ampliar o acesso aos serviços públicos, as ações de cidadania e ao bem estar social e ampliar o acesso as oportunidades de ocupação e de renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbanos e rurais.

Os critérios preliminares iniciaram-se com a identificação dos municípios com alguma ação do Programa Brasil Sem Miséria Iniciado (bsm), municípios com concentração de população rural e pobreza (bx) e municípios inseridos nos Territórios da Cidadania (cid). A partir desse ponto, foram selecionados os assentamentos criados após 2003, com poucos investimentos em infraestrutura e acesso ao crédito e que não estavam sendo atendidos com o programa bolsa verde.

No Estado da Paraíba foram selecionados 14 projetos de assentamento que deverão estar na ordem de prioridade na execução das ações da Superintendência Regional a partir de 2013.

ORDEM	NOME DO PROJETO	TERRITORIO CIDADANIA -MDA	CRIAÇÃO	CAPAC	RB	VAGAS
1	PA POÇO VERDE	ZBORBOREMA	14/10/2008	10	10	0
2	PA 25 DE JULHO	ZBORBOREMA	17/9/2010	12	11	1
3	PA JOSUÉ DE CASTRO	ZBORBOREMA	20/3/2012	17	0	17
4	PA PAULO FREIRE I	ZBORBOREMA	7/11/2008	50	50	0
5	PA XIQUE-XIQUE	T-CARIRI OCIDENTAL	11/2/2011	40	35	5
6	PA MARIA BONITA	T-CARIRI OCIDENTAL	21/7/2006	20	20	0
7	PA BOA SORTE	T-CARIRI OCIDENTAL	21/7/2006	20	20	0
8	PA JOSE MOREIRA DA SILVA	T-CARIRI OCIDENTAL	9/8/2011	20	18	2
9	PA BOA FÉ	T-MEDIO SERTÃO	3/9/2008	16	16	0
10	PA ANGÉLICAS	FORA T C	31/10/2005	34	34	0
11	PA VENEZA I	FORA T C	14/8/2007	27	27	0
12	PA NOVA VIDA I	FORA T C	24/1/2011	141	141	0
13	PA CANTINHO	FORA T C	11/2/2009	38	38	0
14	PA SANTA MÔNICA I	FORA T C	1/10/2009	35	35	0
				480	455	25

O desempenho da Superintendência Regional do Incra na Paraíba em 2012 ocorreu conforme demonstrativo abaixo, cujas análises serão comentados nos tópicos das ações orçamentárias.

Síntese de execução física 2012 - Ações orçamentárias

Ações	Unidade	Meta 2012	Executado	% realizado
Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	imóvel gerenciado	2139	5278	146,75
Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	hectare	14.200	7.482	-47,31
Cadastro, Seleção e Homologação de famílias beneficiárias do PNRA	Família assentada	410	513	125,12
Licenciamento Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária	licença protocolada	29	30	103,45
Concessão de Créditos às Famílias Assentadas	famílias	1005	2167*	215,62
Supervisão de créditos	crédito supervisionado	578	3144	543,94
Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	famílias	228	368	161,40
Titulação, Concessão e Destinação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento	documento	178	519	291,57
Gestão ambiental	assentamento beneficiado	1	2	100,00
Fomento a agroindustrialização e a comercialização-Terra sol	famílias	752	0	0

Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	famílias	15.585	17.802	114,22
Capacitação de servidores públicos federais em processos de qualificação e requalificação	servidor capacitado	19	4	-78,95

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

* incluídas 273 créditos de instalação apoio mulher.

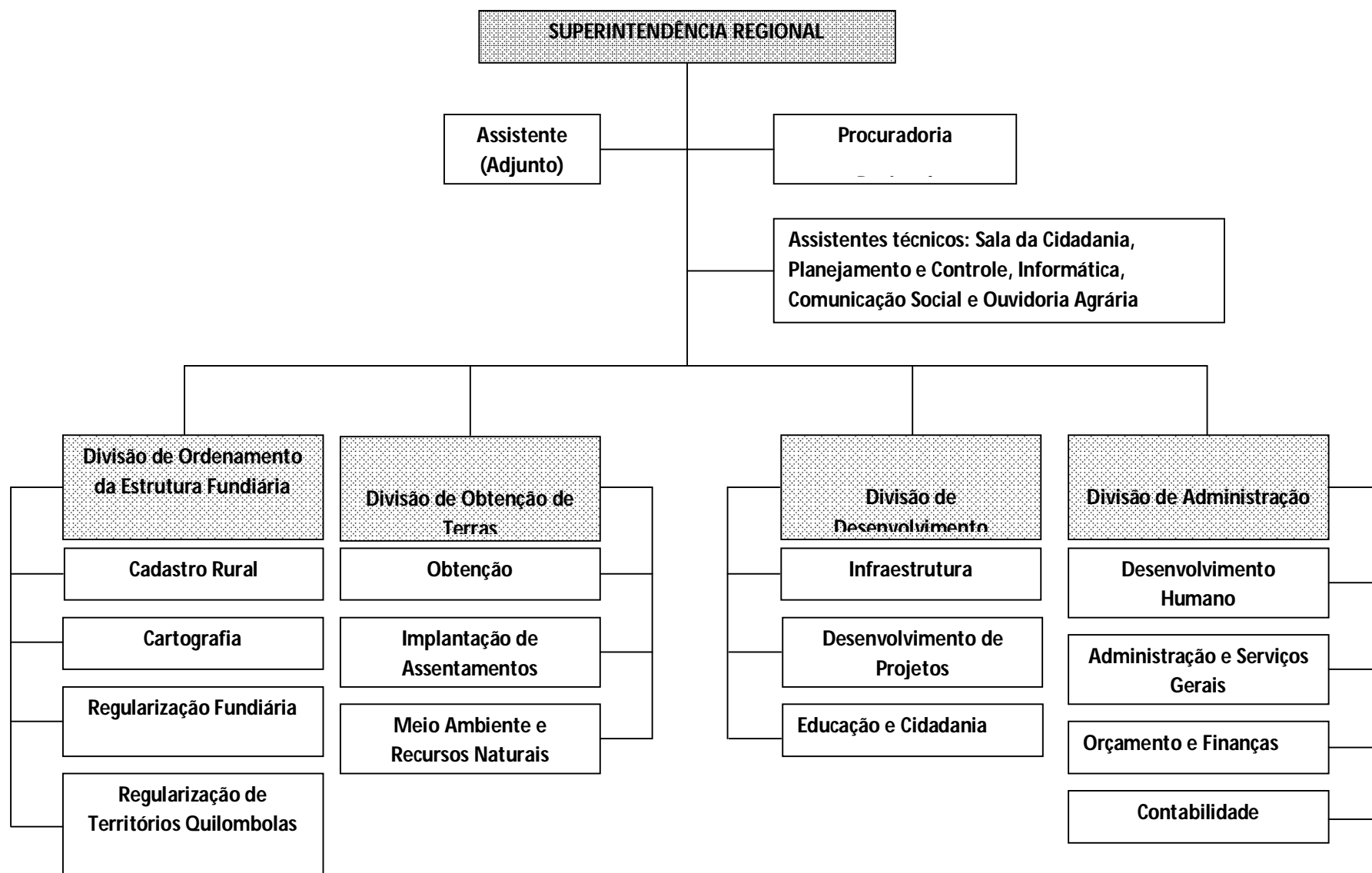
Além das metas acima descritas, destacam-se outros produtos alcançados durante 2012, resultantes de ações não orçamentárias, porém complementares entre si, através das quais é possível melhorar o nível de eficiência e efetividade dos objetivos propostos.

Outras ações executadas

Ações	Unidade	executada
Expedição de certificado de cadastro de imóveis rurais-CCIR	CCIR emitido	23.341
Certidão da certificação de imóveis georreferenciados	Há certificado	13.612,13
Perícias judiciais	Há periciado	7.579,00
Publicação de decretos de desapropriação	Imóvel	6
Criação de projetos de assentamento	Projeto criado	7
Casas construídas/reformadas	casas	461
Vistoria para retomada de parcelas	parcela	117
Plano de Desenvolvimento/recuperação aprovado	Plano	18
Emissão de declaração de aptidão ao Pronaf-DAP	Declaração	1201
Financiamento para a Agricultura Familiar PRONAF	contrato	70
Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação dos territórios quilombolas	RTID publicado	1
Entrega de cestas básicas	cestas	13.772
	fam	5.110
Documentação da Trabalhadora rural	documentação	28.511

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

1.3 Organograma Funcional



Resumo das atividades desenvolvidas por cada setor:

SR(18) G Superintendência Regional:

São órgãos descentralizados a quem compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do Incra.

Sala da Cidadania

Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) de acordo com as normas vigentes; emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR); emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão.

Planejamento e Controle

Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da SR; disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais, monitorar a execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na SR; coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da SR.

Comunicação Social

Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do Incra; produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da SR; apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional.

Ouvidoria Agrária

Prevenir e mediar conflitos agrários; articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários.

SR (18) J Procuradoria Federal Especializada

Compete promover a representação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à PFE e suas Coordenações Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

SR(18) A Divisão de Administração:

Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado.

Administração e Serviços Gerais

Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; manter e controlar os serviços de telecomunicação; supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; controlar a autorização para transporte de cargas; recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da SR; expedir e receber a documentação tramitada entre a SR e a sede do Inbra; manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo.

Orçamento e Finanças

Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; promover emissões de empenhos, anulações, justes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do Incra, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de operadores e diária dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária.

Contabilidade

Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; instaurar processos de Tomada de Contas Especial; promover o registro no Cadin e no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) dos órgãos inadimplentes; controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos.

SR(18) F Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária:

Compete coordenar e supervisionar o Cadastro Rural, a Cartografia, a Regularização Fundiária e a Regularização de Territórios Quilombolas.

Cadastro Rural

Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento (UMC) e sua integração ao SNCR; propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; manter registro e controle de

máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo.

Cartografia

Analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do Incra; adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica.

Regularização Fundiária

Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/Incra, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; elaborar o Plano Ecológico Econômico (PEE); analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira.

Regularização de Territórios Quilombolas

Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintração; promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID); propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras.

SR(18) T Divisão de Obtenção de Terras:

Compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades dos setores de Obtenção de Terras, Implantação de Projetos de Assentamento e Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Obtenção de Terras

Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; atualizar semestralmente a Planilha

de Preços Referenciais de Terras; coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação.

Implantação de Projetos de Assentamento

Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; c) providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular.

Meio Ambiente e Recursos Naturais

Elaboração de mapeamentos temáticos; adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo Incra; fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial.

SR(18) D Divisão de Desenvolvimento:

Compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, por meio das atividades dos setores de Infraestrutura, Desenvolvimento de Assentamentos e Educação do Campo e Cidadania.

Infraestrutura

Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Ates; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de Ates, e dos serviços de topografia; promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Ates; proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: elaborar os projetos básicos, analisar e emitir pareceres técnicos; acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços e promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos.

Desenvolvimento de Assentamento

Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; promover a integração de políticas públicas e ações do Incra objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização.

Educação do Campo e Cidadania

Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do Pronera; divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o Pronera e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da SR; analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao Pronera e à cidadania; apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de

reforma agrária; promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; articular a interação dos cursos executados no âmbito do Pronera, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Ates.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Entende-se como Macroprocessos Finalísticos da Superintendência Regional do INCRA no Estado da Paraíba, o conjunto de diretrizes, iniciativas e ações visando o Gerenciamento e Fiscalização Cadastral de imóveis rurais, a Obtenção de imóveis, o Assentamento de famílias e o Desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamentos.

1.5 Macroprocessos de Apoio

O macroprocesso de apoio da Superintendência Regional do INCRA é o esforço administrativo da unidade, objetivando o suporte operacional às atividades finalísticas, conforme ações planejadas. Compreende as ações inerentes à Divisão de Administração, quais sejam, desenvolvimento humano, contabilidade, administração, serviços gerais e orçamento e finanças.

1.6 Principais Parceiros

Em 2012, a Superintendência Regional da Paraíba intensificou as parcerias com as Prefeituras Municipais do Estado, através de celebração de Acordo de Cooperação Técnica para instalação e funcionamento das Unidades Municipais de Cadastro - UMC. Essa parceria é fundamental para a gestão da malha fundiária, realizado por meio do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, além de facilitar a vida do homem do campo, que cadastra seu imóvel na sua própria região, sem maiores custos e desperdício de tempo. A UMC representa o Incra junto às comunidades locais para a recepção de documentos necessários para cadastrar os imóveis rurais (formulários da Declaração, documentação do imóvel, identidade e CPF dos proprietários. As atividades são desenvolvidas por funcionários municipais, capacitados por técnicos da Superintendência Regional do INCRA, e também ficam aptos para acessar o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR/WEB para realizar consultas e emitirem o Certificado de Cadastro de Imóveis rurais - CCIR. Referido documento é indispensável a diversas transações imobiliárias, incluindo transmissão por venda, desmembramento, herança e até financiamentos bancários.

A ação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural-PNDTR é executada pelo INCRA em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Governos Estadual e Municipal, ONG's, movimentos sociais, Anoreg/Aspen, BNB, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, INSS, MMTR, CUNHÃ, FETAG, Defensoria Pública, SRTE, e o Instituto de Polícia Científica – IPC.

Há ainda, esforços conjuntos com o Órgão ambiental (SUDEMA), para fins de regularização de passivos ambientais, licenciamento de projetos de assentamentos e obras de engenharia.

Ressalta-se que todas as parcerias apontadas não envolvem o repasse de recursos.

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O Plano de Compromisso para 2012, inserido ao novo modelo do Plano plurianual quadriênio 2012-2014, e os critérios definidores para metas físicas e limites orçamentários para as ações sob responsabilidade da SR, foi apresentado e acordado entre a alta direção e as superintendências no início do exercício em análise. Metas físicas e limites orçamentários foram ajustados após Decreto de Contingenciamento.

Plano de Compromisso-PC

2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Objetivos	Iniciativas	Ações	Meta
0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública	01DV - Fiscalização cadastral das propriedades rurais.	2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	2139

0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	01EK - Criação de Projetos de Assentamentos para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamentos diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS).	8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	14.200
		4460 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	
	01EL - Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando a seleção, a homologação e a supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento.	8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	410
	01EO. Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa mais Ambiente e demais procedimentos de regularização.	8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	29
	01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.	0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	1005
		20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	578
		8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	228
		8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	11

Plano de Compromisso-PC

2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Objetivos	Iniciativas	Ações	Meta
0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	01ES - Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento.	4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	178
	01EU - Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental	2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	1
	01EW - Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres.	4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	752
0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.	01F1 - Proporcionar ao público alvo acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional.	8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	19

2012 - Agricultura Familiar

412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comun	01EZ - Prestação de assistência aos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas	4470 - Assistência Técnica e extensão rural para a Reforma Agrária.	15.585
---	---	---	--------

**2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial
Sustentável e Economia Solidária**

0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas	046G - Integração dos Programas de Documentação da Trabalhadora Rural e Organização Produtiva de Mulheres Rurais, com orientação sobre formalização e políticas de comercialização, por meio de ações educativas e emissão de documentação nos municípios	8402 - Documentação da Trabalhadora Rural	100
--	---	---	-----

2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Beneficiárias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.	047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação	20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.	100
---	---	---	-----

2120 - Programa de Gestão

Programa sem Objetivo	Programa sem Iniciativas	2000 - Administração da Unidade	-
		2103 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	-
		4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	19

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Ações orçamentárias executadas em 2012

Ações	un	Meta 2012	Executado	% realizado
Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	imóvel gerenciado	2139	5278	246,75
Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	hectare	14.200	7.482	-47,31
Cadastro, Seleção e Homologação de famílias beneficiárias do PNRA	fam.assentada	410	513	125,12
Licenciamento Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária	licença protocolada	29	30	103,45
Concessão de Créditos às Famílias Assentadas	famílias	1005	2167*	215,62
Supervisão de créditos	crédito supervisionado	578	3144	543,94
Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	famílias	228	242	106,14
Titulação, Concessão e Destinação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento	documento	178	519	291,57
Gestão ambiental	assentamento beneficiado	1	2	100,00
Fomento a agroindustrialização e a comercialização-Terra sol	famílias	752	958	127,39
Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	famílias	15.585	17.802	114,23
Capacitação de servidores públicos federais em processos de qualificação e requalificação	servidor capacitado	19	4	-78,95

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Obs: incluídas 273 créditos de instalação modalidade apoio mulher e 173 fomento

Outras ações executadas	Um	executada
Expedição de certificado de cadastro de imóveis rurais-CCIR	CCIR emitido	23.341
Certidão da certificação de imóveis georreferenciados	Há certificado	13.612,13
Perícias judiciais	Há periciado	7.579,00
Publicação de decretos de desapropriação	Imóvel	6
Criação de projetos de assentamento	Projeto criado	7
Casas construídas/reformadas	casas	561
Vistoria para retomada de parcelas	parcela	117

2.4 Indicadores

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
-----------	-----------	---------	---------	-------	-----------

Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária

Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais.	94/29x100 =324%
				Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	
				Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento

Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício} no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos-SIAFI e SIR.	Não houve gasto
				Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	

Área: Gestão ambiental

Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	30 /15x100= 200 %
				Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	91 x 100/266= 34,21 %

	389/2002.				
--	-----------	--	--	--	--

Área: Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	Obras em execução
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	$102 \times 100 / 299 = 34,11 \%$

Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento

Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	Levantamento em execução
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	$561 \times 100 / 513 = 109 \%$

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	$519 \times 100/13.170 = 3,94\%$
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	$10.633 \times 100/13.170 = 80.73\%$
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	$117 \times 100/13.170 = 0,88\%$

Área: Gestão administrativa

Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$8/133 \times 100 = 6,01\%$
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$307/133 = 2,30$
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	83%

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 Estrutura de Governança

Sob o aspecto de Governança, as decisões Macro-Estratégicas estão centralizadas no INCRA-Sede, por meio do Conselho Diretor da Autarquia, cabendo às Unidades Regionais, através dos Comitês de Decisão Regionais a aprovação, apreciação e cumprimento correlatos à sua alçada. De igual forma, o autocontrolado da Gestão é exercido pela Auditoria Interna, com Sede em Brasília, conforme estrutura abaixo:

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ:

De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:

- I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
- II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;
- III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e
- IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de 08 de abril de 2009, estabelece em seu art. 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

- I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
- II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;
- III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;
- IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;
- V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;
- VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e
- VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

Através da Resolução/INCRA/CD/ 15, de 03 de agosto de 2009 e Instrução Normativa nº 55, de 3 de agosto de 2009, que estabeleceram diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA, deu-se continuidade, sob coordenação da Diretoria de Gestão Estratégica, ao monitoramento das ações sob responsabilidade da Superintendência. Os dados coletados sobre a execução física são inseridos no Módulo pelos Asseguradores de Planejamento até o 10º dia do mês seguinte à execução, e os Superintendentes Regionais validam as informações inseridas até o 15º dia do mês.

Em 2012, dando continuidade as auditorias nacionais iniciadas em 2011 pela Diretoria de Gestão Estratégica – DE, através da Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA e a Auditoria Interna do Incra, a Superintendência Regional da Paraíba foi auditada sobre a qualidade dos dados, frente aos registros físicos (documentais), coletados no módulo, referente ao exercício de 2011, em 5 ações conforme detalhado a seguir:

Vistoria	Licenciamento	Infraestrutura	ATES	Crédito	Indicador SR
98%	97%	38%	88%	94%	83%

O módulo, se bem tratado, viabiliza o confronto entre as ações programadas para execução e o efetivamente executado, físico/financeiro, através de relatórios mensais que possibilita aos gestores mais atentos, acesso as informações gerenciais que permitam tomadas de decisões com maior celeridade e segurança.. Porém, persiste a falta de priorização e comprometimento dos setores e a deficiências em relação à capacidade operacional do núcleo de planejamento (apenas uma servidora), responsável pelo monitoramento. O volume de ações (com respectivas metas e produtos) atribuídas nas programações operacionais e a grande dificuldade na coleta desses dados (atrasos na entrega) impossibilita análise sobre fidedignidade e/ou eventuais inconsistências antes do lançamento no sistema.

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16.	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU N° 119, de 18 de janeiro de 2012.

3.4 Sistema de Correição

A atividade correcional é exercida, na autarquia, de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras: o Presidente do Incra, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla, na Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1 (vinculada ao Gabinete da Presidência da Autarquia - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente) que, exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno da autarquia.¹

¹Art. 16. À Divisão de Procedimentos Disciplinares (GABT-1) compete:

- I. registrar, cadastrar e controlar os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias instaurados pelo Gabinete da Presidência, Diretorias, Procuradoria Federal Especializada, assim como os recursos administrativos e judiciais interpostos;
- II. encaminhar os processos administrativos disciplinares e de sindicância para os respectivos responsáveis pela condução dos trabalhos apuratórios;
- III. expedir e controlar os atos de constituição, prorrogação e continuidade das comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
- IV. elaborar despachos interlocutórios e decisões em procedimentos disciplinares afetos ao Gabinete da Presidência;

No âmbito das superintendências regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo o artigo 132 do Regimento Interno da autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.²

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30.06.2005.

Não obstante, a autarquia tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis - CGU-PAD e SisPAD - as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as diversas apurações e seus resultados.

Ademais, a autarquia tem proporcionado eventos de capacitação, junto à CGU, para atuação em procedimentos disciplinares. Desta forma, atualmente, há na autarquia, 338 servidores capacitados.

Destaca-se a realização, em dezembro de 2012, de capacitação destinada a aperfeiçoamento de Presidentes e membros de Comissões Disciplinares do Incra e do MDA, promovida em conjunto com o MDA e a CGU, na Escola de Governo da AGU, cuja programação contemplou assuntos específicos do Incra, em especial o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, tema no qual há grande volume de denúncias que ensejam apurações e que, devido ao funcionamento descentralizado desdobra a ocorrência a mais de um local.

Dadas estas circunstâncias e, pela relevância do assunto, por meio do art. 6º. da Portaria INCRA/P/N.191, de 30.06.2009³, foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema nacional de Cadastro Rural - SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

-
- V. *controlar o pagamento de diárias e passagens e a descentralização de recursos destinados aos membros de comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;*
 - VI. *buscar alternativas de recursos humanos, dentro do perfil estabelecido pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em articulação com as Diretorias, Superintendências e Procuradoria Federal Especializada, objetivando à composição de comissões disciplinares, sob o enfoque e o dever de priorizar o atendimento às demandas do INCRA;*
 - VII. *manter sob sua responsabilidade o registro dos profissionais qualificados para atuar em comissões disciplinares e de sindicâncias;*
 - VIII. *controlar o prazo de entrega dos relatórios finais oriundos das comissões, constituídas pelo Gabinete da Presidência, assim como os demais prazos estabelecidos pela Lei nº. 8.112/90; e*
 - IX. *outras atividades compatíveis com suas atribuições.*
 - X.

² Art. 132. Aos Superintendentes Regionais incumbe:

...

XIV - *instaurar procedimentos disciplinares e aplicar penas de advertência e de suspensão de até quinze dias, segundo sua área de atuação;*

³ Portaria Incra/P/nº 191 de 30 de junho de 2009.

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas Comissões Disciplinares, bem como no Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares SISPAD, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Assim, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por seus servidores, ainda não abarca a dimensão e a relevância das atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção da autarquia, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de dar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

No exercício de 2012, na Superintendência Regional do INCRA, não houve abertura de Sindicância nem instauração de PAD.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Incra conta com 2 servidores por superintendência regional, ou seja 60 servidores, treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD e, na Sede, 4 servidores estão capacitados para sua utilização.

Contudo, devido às deficiências de estrutura e pessoal nas superintendências regionais, há dificuldades em manter os dados atualizados no sistema.

No entanto, nos casos em que o julgamento deve ser proferido pelo Chefe de Gabinete ou pelo Presidente, a Divisão de Procedimentos Disciplinares tem preenchido esta lacuna e providenciado a atualização das informações.

Já nos processos instaurados pela Sede, as informações são lançadas nos momentos de instauração e de conclusão dos processos, com anexação das peças principais no referido sistema.

A CGU, frequentemente, monitora o lançamento das informações e peças processuais, sendo que a autarquia tem atendido todas as solicitações efetuadas.

Ademais, no intuito de obter informações mais específicas foi criado o SisPad, sistema informatizado desenvolvido na autarquia, que permite obter relatórios sobre os apuratórios de forma mais adequada aos interesses do Incra.

Para dar mais agilidade a esta atividade, encontra-se em estudo uma proposta para incumbir as próprias comissões de realizar os lançamentos das informações intermediárias, tais como portarias de prorrogação, continuidade e alteração e até mesmo o Relatório Final.

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro A.4.1.1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105

Identificação da Ação						
Código	2105					
Descrição	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural					
Iniciativa	01DV					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
45.000,00	45.000,00	42.882,89	0,00	2.117,11	42.882,89	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel	2139	5278	38.500,00	42.882,89

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Objetivo 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Iniciativas : 01DU - Controle da aquisição e do arrendamento de terras por estrangeiros

01DV - Fiscalização cadastral das propriedades rurais

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Meta física-SIR		Outros produtos		
MÊS	Atualizações Cadastrais	Emissão de CCIR		TOTAL MENSAL
	SNCR_WEB	SNCR_WEB	INTERNET	
Janeiro	168	519	1017	1704
Fevereiro	493	729	1060	2282
Março	540	883	1356	2779
Abril	396	774	964	2134
Maiο	604	1191	1326	3121
Junho	624	1261	1286	3171
Julho	313	706	1019	2038
Agosto	345	637	1108	2090
Setembro	362	936	1.440	2738
Outubro	488	712	1.152	2352
Novembro	550	748	1.093	2391
Dezembro	395	543	881	1819
Total	5278	9639	13702	28619

Fonte: SIR

ANÁLISE CRÍTICA

A superação das metas foi possível devido à dedicação do reduzido corpo técnico, responsável pelas atividades de análise e processamento das Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais, somado a parceria efetivada, por meio de celebração de Acordos de Cooperação Técnica, sem transferência de recursos, com as Prefeituras Municipais, responsáveis pela execução dos trabalhos das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, que funcionam como rede auxiliar de cadastro rural, para a Manutenção do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, com a prestação de informações, distribuição dos formulários aos interessados e outras questões relacionadas ao cadastramento de imóveis rurais e a emissão de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, possibilitando cumprir o estabelecido no art. 46 da Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, no art. 52 do Decreto n.º 55.891, de 31 de março de 1965, e no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.022, de 12 de abril de 1990.

No exercício de 2012 foram celebrados 11 (onze) Acordos de Cooperação Técnica com Prefeituras Municipais, que manifestaram interesse em manter ou implantar a Unidade Municipal de Cadastramento - UMC, somando-se aos 79 (setenta e nove) em vigor, chega-se a um total de 91 (noventa e um) vigentes com as Prefeituras paraibanas, correspondendo a aproximadamente 41% dos municípios do Estado.

A partir da celebração desses Acordos é possível promover a qualificação, por meio da capacitação dos funcionários representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC. Nesse sentido, a Superintendência Regional, no exercício de 2012, por meio do Serviço de Cadastro Rural, realizou 7 atividades de treinamentos e 28 supervisões nas Unidades Municipais de Cadastramento -

UMC's sobre preenchimento, distribuição, recepção, bem como da análise e digitação das Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais, no SNCR para as propriedades com áreas de até 4 módulos fiscais.

Estas atividades são imprescindíveis e tem um impacto direto na melhoria da qualificação dos dados e informações cadastrais, dando agilidade na inclusão/atualização destes no SNCR. Observe-se que os instrutores são os próprios servidores do quadro da Superintendência responsáveis pelas atividades de atualizações cadastrais.

Detalhamento das Atividades de Supervisão e Treinamento a representantes das UMC:

Nº ordem	Unidades Municipais de Cadastro	Ações desenvolvidas em 2011
1	Jacaraú	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
2	Mamanguape	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
3	Pedras de Fogo	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
4	Sapé	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
5	Campina Grande	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
6	Puxinanã	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
7	Esperança	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
8	Lagoa Seca	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
9	Pocinhos	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
10	Santa Luzia	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
11	Pombal	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
12	Brejo do Cruz	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
13	Patos	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
14	Areia	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
15	Bananeiras	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
16	Remígio	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
17	Serraria	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
18	Solânea	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
19	Ingá	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
20	Itabaiana	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
21	Mogéiro	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.

22	Aguiar	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
23	Igaracy	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
24	Congo	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
25	Sumé	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
26	Monteiro	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
27	São João do Rio do Peixe	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
28	São José de Piranhas	Supervisão aos trabalhos realizados na UMC, visando melhorar a qualidade desenvolvida e prestando os esclarecimentos devidos.
1	Cajazeiras	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
2	Itaporanga	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
1	Bananeiras	Treinamento SNCR, Módulo II – Análise e Comandos.
2	Cajazeiras	Treinamento SNCR, Módulo II – Análise e Comandos.
3	Pocinhos	Treinamento SNCR, Módulo II – Análise e Comandos.
4	Picuí	Treinamento SNCR, Módulo II – Análise e Comandos.
5	Barra de Santa Rosa	Treinamento SNCR, Módulo II – Análise e Comandos.

Fiscalização Cadastral

A atividade de Fiscalização engloba o controle da aquisição de terras por estrangeiros; a elaboração dos extratos de cadeias sucessórias de domínio de imóveis rurais, para serem utilizadas em instrução de processo administrativo de desapropriação e regularização de território remanescente de quilombo; participação nas vistorias técnicas para aferição do cumprimento da função social da propriedade rural e classificação do imóvel rural com base no Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE; subsidiar a Comissão de Vistoria e a Procuradoria nas contestações e impugnações aos Laudos Agrônomicos de Fiscalização, das vistorias realizadas; análise das Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais passíveis de georreferenciamento e certificação pelo INCRA; análise de processos administrativos de certificação; abertura e análise dos processos administrativos de fiscalização cadastral; visitas e diligências nos Serviços Registrars de Imóveis, visando repassar as orientações quanto ao cumprimento da Lei nº 5.709/1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.964/1974 e a Lei 10.267/2001 e seus decretos regulamentadores, relativamente ao Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, Georreferenciamento com a Certificação do INCRA, desmembramento de imóveis rurais.

Outras atividades Desenvolvidas:

- Atendimento a proprietários, técnicos e Oficiais de Registro de Imóveis para esclarecimento sobre as pendências cadastrais e no exame da certidão imobiliária referente ao processo de certificação;
- Análise e parecer em processos administrativos referentes ao desmembramento de imóvel rural para outros fins, com base no Decreto nº 62.504/1968;
- Análise de pedidos de cancelamento de imóveis cadastrados que perderam a característica de imóvel rural;

- Resposta a consultas cadastral para instruir processos de execução promovidos pela Fazenda Nacional, AGU, CEF e outras instituições públicas;
- Prestar informações ao Poder Judiciário;
- Expedição de Declaração para fins de comprovação junto ao INSS em processos de aposentadoria rural.

Principais Dificuldades:

- Carência de servidor técnico especializado para as atividades de análise e digitação das Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais.

Ressalte-se que no Serviço de Cadastro Rural há apenas 02 (dois) servidores para realizar os trabalhos de análise e processamentos das Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais, ambos com tempo de serviço para se aposentar, podendo requerer o benefício a qualquer momento.

Quadro A.4.1.1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426

Identificação da Ação						
Código	4426					
Descrição	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado	Imóvel	0,00	13.612,0000	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Iniciativas : 01E6 - Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais

O cumprimento desta ação está fixado através Lei nº. 10.267/2001, regulamentada pelo Decreto nº. 4.449/2002, que alterou dispositivos da Lei nº. 6.015/1973, NE/INCRA nº 96, de 15/09/2010 - Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, substituída pela NE/INCRA nº 105, de 26/11/2012.

Em 2012 a SR obteve o seguinte desempenho:

1. Processos Executados (Concluídos)

- 94 processos deferidos, sendo 91 iniciados em exercícios anteriores a 2012 e 3 iniciados e concluídos no exercício, correspondente a uma área total de 13.612,0000 hectares;
- 07 processos indeferidos, cancelados por não atendimento a diligência.

2. Processos Em Execução

- 25 processos de proprietários particulares, correspondente a uma área de cerca de 11.760,6895 hectares;
- 19 processos são do Incra (Projetos de Assentamento), correspondente a aproximadamente 16.940,8682 hectares;

Principais Dificuldades:

A falta de técnicos com habilitação específica para realização dos trabalhos e georreferenciamento e exercer as atividades de certificação dos imóveis georreferenciados junto ao Comitê de Certificação Regional.

O Serviço de Cartografia não dispõe de nenhum Engenheiro Cartógrafo e/ou Agrimensor. São apenas 02 (dois) técnicos credenciados e habilitados, responsáveis por todos os processos de certificação de imóveis rurais que tramitam nesta Regional, além de atender os trabalhos de campo referente georreferenciamento e parcelamento dos lotes dos Projetos de Assentamentos, fiscalização de trabalhos feitos por empresas particulares, atividades de vistorias, demarcação do perímetro das comunidades quilombolas e demais atividades que requer procedimentos cartográficos.

Pode-se destacar ainda como dificuldades: o afastamento de uma servidora para gozo de licença maternidade; a quantidade de erros e falta de documentos que instruem os processos incapacitando o deferimento de imediato, o que obriga a abertura de prazo para correções e apresentação de documentos complementares; e, finalmente, o sistema utilizado para captação e envio dos dados dos processos e o armazenamento das peças técnicas ficou inacessível por cerca de 3 (três) meses devido a problemas com software (geomídia) utilizado pelo Incra.

Nos processos de certificação das áreas dos Projetos de Assentamentos do Incra, que foram georreferenciados, com a elaboração das peças técnicas (memoriais descritivos e plantas) existem pendências com referência a apresentação de documentos e procedimentos, como diligências para colher as assinaturas dos confrontantes, as quais impedem o deferimento da Certificação.

Quadro A.4.1.1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387

Identificação da Ação					
Código	8387				
Descrição	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais				
Iniciativa	01EK				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
186.077,00	181.548,38	176.228,98	0,00	5.319,39	176.228,98

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Ha	14.200	7482	177.200,00	176.228,98

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Iniciativas : 01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS)

ANÁLISE CRÍTICA

A ação em pauta, que visa verificação da função social da propriedade, sofreu solução de continuidade das atividades previstas em função das orientações técnicas da Diretoria de Obtenção referente ao fluxo processual de obtenção, o que impactou decisivamente na consecução das metas acordadas para 2012. Também a situação de emergência em muitos municípios do Estado da Paraíba em decorrência do longo período de seca que assola a Região e a greve dos servidores, que paralisou a casa durante aproximadamente 2 meses. Desta forma, foram definidas como prioridade para a iniciativa que se refere a vistorias, o trabalho a ser realizado na Fazenda São Bento localizado no Município de São Mamede/PB e vistoria de avaliação nos imóveis Jacaré e Gravatá, em atendimento ao que dispõe a RESOLUÇÃO/INCRA/CD/Nº 05 de 29/03/2012 além das avaliações dos imóveis rurais com decreto em vigor: São Lourenço/São Lourenço II, Jatobá, Usina Tanques/Capoeira, Serra Preta, São Bento, que totalizaram 7.482,0000 hectares, como está demonstrado no quadro abaixo:

Tabela de Detalhamento da Meta Física

IMOVEIS	MUNICIPIO	TERRITÓRIO DA CIDADANIA	ÁREA
São Bento	Barra de S Rosa	Curimataú	1090,0656
Santa Maria	Cuité	Curimataú	850,0000
Gravatá	Diamante	Fora do T.C	844,0000
Jacaré	Remígio	Borborema	921,9969
São Lourenço/São Lourenço II	São Domingos	Fora do T.C	589,1381
Jatobá	Souza	Fora do T.C	808,0000
São Bento	São Mamede	Médio Sertão	1010,1438
Usina Tanques/Capoeira	Alagoa Grande	Fora do T.C	860,4846
Serra Preta	Remígio	Borborema	490,0000
TOTAL			7482,0000

Em que pese o não cumprimento da meta física, observa-se que a meta financeira prevista ficou equipara à realizada. Isto é justificável tendo em vista que esta ação também contempla os pagamentos de despesas realizadas para atualização da Planilha de Preço Referencial – PPR, despesas para acompanhamento dos processos na Justiça pela Procuradoria Regional Especializada além de pagamento de honorários em Perícias Judiciais que nesse ano atingiram o montante de R\$ 29.750,00 para periciar os imóveis rurais de acordo com o quadro abaixo:

NOME DO IMÓVEL PERICIADO	MUNICÍPIO	ÁREA DO IMÓVEL
Fazenda Saco	Santa Helena	1.168,06
Fazenda Saco do Romão	Diamante	1.568,66
Fazenda Angélicas	São José da Lagoa Tapada	1.016,82
Fazenda Linda Flor	Mogei	876,7542

Outra atividade desenvolvida por esta Divisão diz respeito a distribuição de cestas de alimentos para atendimento às famílias de trabalhadores rurais sem terra em risco alimentar viabilizadas através do convênio celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, sede o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a CONAB.

Em 2012, coube à Superintendência Regional do INCRA na Paraíba – SR-18/PB, sob a coordenação da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, A distribuição ocorreu nos meses de março, abril e maio de 2012 resultando nos dados do quadro abaixo:

MESES	QUANT CESTAS	PESO
MARÇO	1344	26880
ABRIL	4313	86260
MAIO	8115	162300
TOTAL	13772	275440

As cestas foram entregues a 3481 famílias distribuídas em 99 acampamentos, salientando que, no mês de maio, em função do longo período de seca vivenciado em todo Estado da Paraíba, alguns assentamentos também foram atendidos de forma emergencial. Ressalta-se que as cestas básicas que atenderam os assentamentos não impactaram a cota de cestas básicas destinadas no exercício às famílias acampadas, e sim originadas de excedente existente na CONAB, disponibilizada emergencialmente a partir de solicitação da Superintendência Regional mediante justificativa devido ao período de estiagem.

Município	Acampamento	Nº famílias
Alagoa Grande	Engenho do Meio	60
Alagoa Grande	Usina Tanques	360
Algodão de andaira	Serra Preta	30
Alhandra	Novo Mucatu	33
Aparecida	Floresta	54
Aparecida	Verdes	50
Bananeiras	Olga Benário	45
Barra de Santa Rosa	Boa Esperança	240
Barra de São Miguel	Poço/Santana	93
Município	Acampamento	Nº Famílias
Bonito de Santa Fé	Maria Bonita	120
Boqueirão	Arapuá	75
Caapora	Ouro Verde da (Fazenda Alvorada)	195
Cabaceiras	Jacaré	105
Solanea	Elyvi	150
Cajazeiras	Boa Conquista	60
Cajazeiras	Miranda	45
Cajazeiras	Novo Horizonte	81
Campina Grande	Campo Alegre	75
Casserengue	Rosa Luxemburgo	75
Catingueira	Inácio da Catingueira	330
Catolé do Rocha	São Miguel	105

Conceição	Acampamento da Virgem	60
Coremas	05 de março	120
Cruz do Espirito Santo	Da Paz	105
Curral de Cima	HADASSA-BTG	42
Desterro	Novo Desterro	105
Diamante/ Ibiara	Dede Martilo	240
Emas	Paz e Amor	90
Esperança	Capeba	24
Gurinhém	Jucá	30
Ibiara	Dona Judite	105
Imaculada	Nova Palmeira	150
Imaculada	Valmir Mota	42
Jericó	São Francisco	900
João Pessoa	Ponta de Gramame	63
Juarez Távora	Quirino/Caiçara/Olinda	90
Juripiranga	Boa Esperança	99
Lagoa	Jatobá	138
Lagoa	Sabiá	204
Logradouro	Antonio Joaquim	45
Mari	Pequena Vanessa	30

Mogeiro	Linda Flor	111
Mogeiro	Salgadinho	90
OLHO D'AGUA	07 DE ABRIL	140
Patos	Ana Patricia	462
Piancó	Novo Piancó	90
Pilões	Josué de Castro da Fazenda Pasta	30
Pitimbu	Marinas	60
Pombal	Caiçara	123
Prata	Quitéria do Angico	105
Princesa Isabel	Quilombo do Livramento	120
Remígio	Carlos Lamarca	60
Rio Tinto	Ilha Aratingui	78
Santa Cruz	Serra Comissário/Agreste	42
Santa Helena	Areia	48
Santana de Mangueira	Mata Verde	120
Santana dos Garrotes	Nova Santana	120
São Domingos	São Lourenço	99
São Domingos	Carlos Marighella	90
São José da Lagoa Tapada	Morada Nova	216
São José da Lagoa Tapada	Poço dos Cavalos	105
São José do Bonfim	Chico Mendes	105
São José do Bonfim	Eldorado dos Carajás da Faz. Urtiga	120
Sapé	Antas	69

Sapé	Antônio Joaquim (Novo Sapé)	75
Serraria	Celso Furtado (Engenho Martins)	90
Solânea	Zé Luciano	150
Soledade	Mangueiral	279
Sousa	Jatobá	39
Sousa	Macacos	69
Sousa	Emiliano Zapata	150
Tacima	José Monteiro	96
Taperoá	Novo Horizonte	120
Teixeira	Riacho Verde	90
Uirauna	Penha	150
Casserengue	PA 25 de Julho	36
Aparecida	PA Nova Vida I	423
Aparecida	PA Angélica II	57
Diamante	PA Mata Verde	66
Diamante	PA Cristo Redentor	6
Condado	PA Nova Conquista	45
Conceição	PA ANANIAS PEREIRA	60
Itabaiana	PA Nossa Senhora Aparecida I	90
Santa Terezinha	PA Nego Fuba	90
Salgadinho	PA José Jordivan da C. Lucena	96
Pocinhos	PA Gravatá	81
Pocinhos	PA 1º de Maio	60

Pedras de Fogo	PA Canaã	69
Pilar	PA Prato Cheio	30
Monteiro	PA XiqueXique	90
Lastro	PA Jerimum	153
Itabaiana	PA Pau Brasil	42
São Mamede	PA Nossa Senhora Aparecida II	90
Sousa	PA Zequinha	60
Taperoá/Livramento	PA Jose Moreira da Silva	150
Barra de Santa Rosa	PA Riacho da Cruz	150
Barra de Santa Rosa	PA Novo Riacho da Cruz	50
Barra de Santa Rosa	PA Quandu	45
Barra de Santa Rosa	PA Serrote Verde	35
Barra de Santa Rosa	PA Riacho do Sangue	30
Barra de Santa Rosa	PA Campos Novos	67
Barra de Santa Rosa	PA Santa Rosa	20
Algodão de Jandaira	PA Rosa Luxemburgo	20
Algodão de Jandaira	PA Paulo Freire I	50
Cubati	PA DorcelinaFolador	27
Soledade	PA Antonio Avelino	44
Monteiro	PA Santa Catarina	260
Monteiro	PA Dos Dez	78
São Sebastião do Umbuzeiro	PA Estrela Dalva	50
Sumé	PA Mandacaru	115

Camalaú	PA Novo Mundo	83
Camalaú	PA Beira Rio	29
Camalaú	PA Eldorado dos Carajás	16
Barra de São Miguel	PA Bom Jesus I	20
Barra de São Miguel	PA Novo Campo	23
Cabaceiras	PA Serra do Monte	100
Mogero	PA Dom Marcelo	70
Araruna	PA Calabouço	24
Araruna	PA Alto Grande	47
Araruna	PA Umburana da Onça	28
Araruna	PA Limão	40
Araruna	PA Frei Damião	10
Araruna	PA São José	25
Araruna	PA Padre Luiz	33
Cacimba de Dentro	PA Nossa Senhora das Dores	16
Cajazeiras	PA Santo Antonio	32
Cajazeiras	PA Valdeci Santiago	48
Cajazeiras	PA Edvaldo Sebastião	18
Cajazeiras	PA Frei Damião I	20
Cajazeiras	PA Frei Beda	34
Cajazeiras	PA Mãe Rainha	28
Campina Grande	PA Venancio Tomé	42
Campina Grande	PA Santa Cruz	52

Campina Grande	PA AntonioEufrouzinho	101
Campina Grande	PA Pequeno Richard	47
Campina Grande	PA Vitoria	38
Casserengue	PA Ernesto Che Guevara	13
Casserengue	PA Poço Verde	10
Catingueira	PA Padre Luciano Dias de Moraes	42
Catingueira	PA São Sebastião	28
Catingueira	PA Nossa Senhora Aparecida	65
Cubati	PA Belo Monte	51
Cubati	PA São Domingos I	30
Damião	PA Santa Veronica	50
Dona Ines	PA Zé Paz	31
Dona Ines	PA Jose Matias de Araujo	17
Dona Ines	PA Tanques	43
Dona Ines	PA Sítio	83
Dona Ines	PA Várzea Grande	45
Marizopolis	PA Juazeiro	61
Maturéia	PA Cachoeira de Maturéia	23
Maturéia	PA Pedra Lavrada	15
Maturéia	PA 1º de Maio	20
Olho Dágua	PA Juazeiro I	48
Olho Dágua	PA Mãe Rainha I	20
Patos	PA Patativa do Assaré	60

Prata	PA Renascer	56
São Sebastião do Umbuzeiro	PA Maria Bonita	20
São Sebastião do Umbuzeiro	PA Boa Sorte	20
Sossego	PA Padre Assis	41

A SR-18/PB coloca à disposição da ação, 02 caminhões e 05 servidores formando equipes de distribuição composta de um motorista e um técnico, que se responsabiliza pela coordenação da entrega. Um esforço adicional dentro das iniciativas da Divisão de Obtenção é o mapeamento via coordenadas geográficas dos acampamentos e ainda o início do recadastramento das famílias acampadas.

Quadro A.4.1.1.4– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460

Identificação da Ação						
Código	4460					
Descrição	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.532,59	1.308,00	1.216,30	0,00	91,70	1.216,30	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Obtida	Ha	4327	0	4.425.945,00	1.216,30

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Iniciativas : 01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS)

A aquisição de imóveis, durante esse ano foi bastante prejudicada em função das várias contestações administrativas e judiciais sobre os processos que já estavam em andamento e previstos para aquisição, o que provocou revisões e reavaliações nos mesmos, contribuindo desta forma, para o atraso em suas tramitações, a exemplo dos imóveis “Linda Flor”, “Três Passagens” e “São Bento”.

Por outro lado, a própria readequação desses processos ao novo fluxo processual foi fundamental para o atraso verificado, já que novas peças técnicas passaram a integrar o processo administrativo, tais como mapas temáticos – Classe de Capacidade de Uso – agora obtidas no software livre Quantum Gis.

A meta financeira realizada de R\$1.216,30, refere-se a pagamento de ajustes e sobras de TDA's de imóveis adquiridos em outros exercícios.

Quadro A.4.1.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384

Identificação da Ação						
Código	8384					
Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EL					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
69.751,00	62.046,19	55.867,38	0,00	6.178,81	55.867,38	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Família	410	513	69.751,00	55.867,38

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Iniciativas : 01EL - Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento.

ANÁLISE CRÍTICA

De acordo com informações coletadas, o total de famílias acampadas em 2012 no Estado da Paraíba girou em cerca de 3.000 famílias distribuídas em aproximadamente 100 acampamentos ao longo do Estado. Esses números refletem um dado muito importante que é a demanda de famílias por assentamento sempre superior à capacidade de assentamento apresentada pelo Incra, significando a existência de um déficit continuado de famílias acampadas esperando por terras. Importa ressaltar que

Das 592 famílias cadastradas in-loco, após inclusão no SIPRA, foram selecionadas e homologadas 513 famílias, assentadas em projetos de assentamento obtidos conforme quadro abaixo:

Cessão	Compra e Venda	Desapropriação	Reconhecimento	Transferência	Total
09	15	473	05	11	513

A meta executada corresponde a 125,10% da estabelecida no Plano de Compromisso (PC-2012), que estipulou 410 famílias contra 513 realizada. Destas, 371 famílias foram assentadas em vagas de projetos de assentamento criados anterior a 2012. Percebe-se ainda significativo grau de eficiência, tendo em vista uma meta financeira estipulada para Cadastramento, Seleção e Homologação no montante de 69.751,00 frente à executada de R\$ 55.867,38.

Quadro A.4.1.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374

Identificação da Ação						
Código	8374					
Descrição	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
152.500,00	152.500,00	108.280,90	0,00	44.219,10	108.280,90	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado	Assentamento	29	30	104.067,00	108.280,90

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Iniciativas : 01EO - Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização.

ANÁLISE CRÍTICA

Considerando a meta estabelecida para o exercício 2012 de 29 (vinte e nove) Licenças protocoladas, a Superintendência Regional da Paraíba superou em 3,4%. Foram protocoladas 30 (trinta) requerimentos de licenças ambientais em 2012, das quais 23 (vinte e três) são Licenças Prévias (LPs) e 07 (sete) requerimentos de Licenças de Instalação de Operação (LIO).

A Licença Prévia é essencial para a criação do projeto de assentamento. Após a desapropriação ou compra do imóvel, aprova sua localização e concepção, a viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos a serem atendidos na próxima fase do licenciamento. A Licença de Instalação e Operação é que autoriza a implantação e operação dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, observadas a viabilidade técnica das atividades propostas, as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas para sua operação, permitindo à autarquia a liberação dos créditos produtivos.

Os recursos empenhados foram utilizados no pagamento de taxas de licenciamento ambiental averbação de 46 (quarenta e seis) reserva legal, publicação de extrato de 23 (vinte e três) requerimentos de Licenças Prévias, 07 (sete) requerimentos de LIO e 18 (dezoito) emissões de Licença Prévia.

Foram utilizados 19.000 (dezenove mil reais) em viagens ao campo pra elaboração de 40 (quarenta) relatórios fitossociológicos para obtenção de 1.3000 Autorizações Ambientais (AA) para Uso Alternativo do Solo e também recursos foram disponibilizados para elaboração de Relatório Ambiental Simplificado para requerimento de LIO.

Foram utilizados ainda, 35.000 (trinta e cinco mil reais) com despesas de diárias de colaboradores do Órgão Ambiental, responsável pelo Licenciamento Ambiental, conforme Termo de Cooperação Técnica.

A seguir apresentamos os entraves enfrentados na execução da ação:

Morosidade por parte das prefeituras na emissão da Declaração de Uso e Ocupação do Solo e em muitas casos, a negação da declaração.

Apesar de disponibilizar técnicos exclusivamente para as vistorias de campo, a demanda de Licenças no Estado da Paraíba é alta e o número de funcionários do órgão ambiental responsável é limitado, isso tem contribuindo para o descumprimento por parte do órgão ambiental dos prazos estipulados na legislação para a emissão das licenças (90 dias para LP e 120 dias para LIO, conforme os parágrafos 2º e 4º do art. 3º da Resolução CONAMA nº 387/2006); morosidade na análise dos processos de averbação de reserva legal, apesar que a averbação não tem causando transtornos para obtenção de licenciamentos.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Licença prévia-LP protocoladas

nº ordem	Imóvel	Nome do Projeto de Assentamento	nº Fam	Município	Território da Cidadania	Data do protocolo
1	Malhada da Areia	Zequinha	18	Sousa	Fora	21/03/12
2	Cantinho	Cantinho	34	Lagoa	Fora	21/03/12
3	São Nicolau	Mundo Novo	43	São Mamede	Médio Sertão	21/03/12
4	Riacho do Sangue	Riacho de Sangue	18	Barra de S.Rosa	Curimataú	21/03/12
5	N.S. Conceição	Pau Brasil	9	Itabaiana	Zona da Mata	21/03/12
6	Serrote Verde	Serrote Verde	31	B. Sta. Rosa	Curimataú	21/03/12
7	Lagoa Barros	Celso Furtado	21	Areia	Fora	21/03/12
8	Saco (Várzea da Carnaúba)	Padre Cleides	16	Santa Helena	Fora	30/05/12
9	Reunidas Agreste	Paulo Freire I	33	Algodão Jandaira	Borborema	21/03/12
10	Saco Velho	Lampião	30	Diamante	Fora	29/05/12
11	Poço Verde	Poço Verde	13	Casserengue	Fora	29/05/12
12	Floresta		10	Sousa	Fora	29/05/12
13	Angelicas	PA Angélicas II	19	Sousa	Fora	21/06/12
14	Laginha	José Jordivan Costa	16	Salgadinho	Fora	25/06/12
15	Cabano	Cabano	20	Diamante	Fora	19/10/12
16	Tambauzinho PAI		10	Santa Rita	Dentro	19/10/12
17	Jacu	Jacu	40	Pombal	Fora	19/10/12
18	Alto e Zé de Barros, anexado imóvel Oliveiras e Mororó	Margarida M. Alves	46	Pombal	Fora	19/10/12
19	Maria Paz	Maria da Paz	50	S. J. Espinharas	Dentro	19/10/12
20	Lameirão; Arara	Osiel Alves	29	S.J.Espinharas	Dentro	19/10/12
21	Esperança	Trincheira Cornoio	10	Riacho St. Anônio	Fora	19/10/12
22	Trincheira	Trincheira Cornoio	27	Boqueirão	Fora	19/10/12

23	Sítio Minador	Mãe Rainha	28	Cajazeiras	Fora	22/10/12
Licença de instalação e operação-LIO protocoladas						
1	Lajes / Riacho Fundo	Cícero Romana/Lages	35	Areial	Borborema	29/05/12
2	Junco/Lagoa da Cinzas/Timbauba	Cícero Romana I	54	Esperança	Borborema	30/05/12
3	Cafundó	Zumbi dos Palmares	85	Mari	Mata Norte	21/06/12
4	Faz. Ramada	Pedro Henrique	25	Solânea	Borborema	25/06/12
5	Caiçara	S. Francisco II	21	Cachoeira dos índios	Fora	02/08/12
6	Sessenta e oito	Irmã Dorothy Stang	18	Remígio	Borborema	19/10/12
7	Santa Helena	Santa Helena	201	Sapé	Mata Norte	19/10/12

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Licenças emitidas

nº ordem	Imóvel	Nome do Projeto de Assentamento	nº Fam	Município	Território da Cidadania	Data do protocolo	Data da expedição
1	Malhada da Areia	Zequinha	18	Sousa	Fora	21/03/12	03/05/12
2	Cantinho	Cantinho	34	Lagoa	Fora	21/03/12	15/05/12
3	São Nicolau	Mundo Novo	43	São Mamede	Médio Sertão	21/03/12	15/05/12
4	Jatobá		12	Sousa	Fora	12/05/11	15/05/12
5	Salão, Salãozinho, Maciço e Boa Sorte	Boa Sorte; Maria Bonita	40	S. Sebastião de Umbuzeiro	Cariri Ocidental	13/07/10	08/06/12
6	Santa Mônica	Santa Mônica	62	Lagoa e Pombal	Fora	13/07/10	20/06/12
7	Riacho do Sangue	Riacho de Sangue	18	Barra de Santa Rosa	Curimataú	21/03/12	01/07/12
8	Uirapuru		4	Solânea	Borborema	31/10/11	16/07/12
9	Arara/roncadeira		13	Camalaú	Cariri	31/10/11	17/07/12
10	N.S. Conceição	Pau Brasil	9	Itabaiana	Zona da Mata	21/03/12	13/08/12
11	Serrote Verde	Serrote Verde	31	Barra de S.Rosa	Curimataú	21/03/12	29/08/12
12	Lagoa Barros	Celso Furtado	21	Areia	Fora	21/03/12	05/09/12
13	Saco (Várzea da Carnaúba)	Padre Cleides	16	Santa Helena	Fora	30/05/12	18/09/12
14	Pedra D'Água (Sítio Cotia)	Che Guevara	13	Casserengue	Borborema	12/07/10	16/10/12
15	Mata do Chocalho	Antônio Chaves	28	Jacaraú	Mata Norte	08/07/10	16/10/12
16	Sítio Arara	Cícero Romano	11	Areial	Borborema	12/07/10	19/10/12
17	Jardim	Jardim	42	Curral de Cima	Mata Norte	12/07/10	19/10/12
18	Lagoa do Boi	Paulo Freire	16	Araçagi/Mulungu	Fora	14/02/08	30/10/12

Situação em dezembro de 2012

nº ordem	Imóvel	Nome do Projeto de Assentamento	nº Fam	Município	Território da Cidadania	Data do protocolo	Situação em dezembro de 2012
1	Conjunto Malhada	Antônio Paulo	44	Boa Vista	Cariri Oriental	08/07/10	Aguardando-LP
2	Cabano	Cabano	20	Diamante	Fora	19/10/12	Aguardando-LP
3	Itatiunga	Campo Comprido	86	Patos	Médio Sertão	06/04/06	Aguardando-LIO
4	Junco/Lagoa da Cinzas/Timbauba	Cícero Romana I	54	Esperança	Borborema	30/05/12	Aguardando-LIO
5	Lajes / Riacho Fundo	Cícero Romana/Lages	35	Areial	Borborema	29/05/12	Aguardando-LIO
6	Tambauzinho (Paulo Roberto FILHO)	Dom José M.Pires	23	Santa Rita	Mata Norte	23/09/08	Aguardando-LP
7	Estrela Dalva	Estrela Dalva	77	S.Seb.do Umbuzeiro		04/08/10	Aguardando-LIO
8	Sessenta e oito	Irmã Dorothy Stang	18	Remígio	Borborema	19/10/12	Aguardando-LIO
9	Jacu	Jacu	40	Pombal	Fora	19/10/12	Aguardando-LP
10	Laginha	José Jordivan Costa	16	Salgadinho	Fora	25/06/12	Aguardando-LP
11	Pinturas de Cima	Josué de Castro	17	Pilões	Borborema	07/12/09	Aguardando-LP
12	Saco Velho	Lampião	30	Diamante	Fora	29/05/12	Aguardando-LP
13	Sítio Minador	Mãe Rainha	28	Cajazeiras	Fora	22/10/12	Aguardando-LP
14	Alto e Zé de Barros, anexado imóvel Oliveiras e Mororó	Margarida M. Alves	46	Pombal	Fora	19/10/12	Aguardando-LP
15	Maria Paz	Maria da Paz	50	S. J. Espinharas	Dentro	19/10/12	Aguardando-LP
16	Lameirão; Arara	Osiel Alves	29	S.J.Espinharas	Dentro	19/10/12	Aguardando-LP
17	Angelicas	PA Angélicas II	19	Sousa	Fora	21/06/12	Aguardando-LP
18	Reunidas Agreste	Paulo Freire I	33	Algodão Jandaira	Borborema	21/03/12	Aguardando-LP
19	Faz. Ramada	Pedro Henrique	25	Solânea	Borborema	25/06/12	Aguardando-LIO
20	Poço Verde	Poço Verde	13	Casserengue	Fora	29/05/12	Aguardando-LP
21	Caiçara	S. Francisco II	21	C. dos índios	Fora	02/08/12	Aguardando-LIO
22	Santa Helena	Santa Helena	201	Sapé	Mata Norte	19/10/12	Aguardando-LIO
23	Trincheira	Trincheira Cornoió	27	Boqueirão	Fora	19/10/12	Aguardando-LP
24	Esperança	Trincheira Cornoió	10	Riacho St. Anônio	Fora	19/10/12	Aguardando-LP
25	Cochos; Oitis e Minadouro	Valdeci Santiago	64	Cajazeiras	Fora	12/08/10	Aguardando-LIO
26	Cafundó	Zumbi dos Palmares	85	Mari	Mata Norte	13/07/10	Aguardando-LP
27	Cafundó	Zumbi dos Palmares	85	Mari	Mata Norte	21/06/12	Aguardando-LIO
28	Serra Preta		12	Remígio	Borborema	21/10/10	Aguardando-LP
29	Tanques e Capoeira		60	Alagoa Grande	Borborema	29/11/10	Aguardando-LP
30	Jacaré		23	Cabaceira	Fora	24/03/11	Aguardando-LP
31	Poço		15	Barra São Miguel	Curimataú	13/04/11	Aguardando-LP
32	Urtiga		93	Santa Terezinha	Médio Sertão	14/06/11	Aguardando-LP
33	Angicos/Olho D'água		20	C. Grande	Borborema	31/10/11	Aguardando-LP
34	Floresta		10	Sousa	Fora	29/05/12	Aguardando-LP
35	Tambauzinho PAI		10	Santa Rita	Dentro	19/10/12	Aguardando-LP

Tendo como meta do PC-2012 o Protocolo de 29 Licenças Ambientais, conclui-se que o resultado alcançado ao termino do ano com 30 Licenças Ambientais protocoladas foi positivo já que o aumento da meta financeira prevista para a realizada no valor de 4.000,00 é superada pela meta física realizada que foi aumentada em mais um assentamento licenciado.

Informamos ainda que em face da crescente demanda pela expedição de licenças de uso alternativo do solo, foi construído juntamente com o Órgão ambiental (SUDEMA) ações prioritárias para a elaboração de estudos fitossociológicos em 41 projetos de assentamentos.

Quadro A.4.1.1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427

Identificação da Ação						
Código	0427					
Descrição	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
20.910.780,00	16.052.400,00	6.870.200,00	0,00	9.182.200,00	6.870.200,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	1.005	2.167	22.610.780,00	6.870.200,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Iniciativas : 01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)

Ordem	Descrição(Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	1597	10.963.600,00	3.288.300,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

ANÁLISE CRÍTICA

O Crédito Instalação, concedido desde 1985, consiste no provimento de recursos financeiros, sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da reforma agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Com o objetivo de suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento, o Crédito Instalação é concedido nas seguintes modalidades: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção, Fomento, Adicional Fomento, Semiárido, Recuperação/Materiais de Construção e Crédito Ambiental.

O Crédito Instalação é um importante instrumento na implantação dos projetos de assentamento. Seus valores e modalidades vêm sendo adequados ao longo dos anos de modo a propiciar condições dignas de ocupação, de produção e manutenção das famílias na parcela rural. Em 2005, o Crédito Instalação passou a ter cinco modalidades. Em dezembro de 2008, foram criadas mais duas modalidades: Apoio Mulher - visando promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir para a igualdade de gênero no meio rural - e o Adicional Fomento, que se destina a consolidar a segurança alimentar das famílias e ao fortalecimento do processo de geração de excedente produtivo.

Em junho de 2009, foi publicada a Portaria/Incra/P/Nº 169, criando a modalidade Crédito Ambiental, normatizada pela NE/DD/Nº 84, de 2 de setembro de 2009. Essa modalidade é destinada a financiar, durante dois anos, a implantação e o desenvolvimento de sistemas agroflorestais, para a recuperação de área de reserva legal (ARL), nos assentamentos selecionados pelas Superintendências Regionais.

O Programa de Crédito Instalação atua com uma equipe multidisciplinar de técnicos nas Superintendências Regionais. A aplicação dos recursos é realizada com a participação das associações ou representantes dos assentados, orientadas pela Assessoria Técnica na escolha e no recebimento dos produtos. O pagamento das aquisições é feito diretamente ao fornecedor - mercados locais, lojas de material de construção e de implementos agrícolas. O programa também faz parcerias com instituições financeiras governamentais.

No exercício de 2012 dos R\$ 22.610.780,00 previstos para a Superintendência Regional do INCRA na Paraíba, foram recebidos R\$ 20.910.780,00 objetivando a concessão de créditos à 1.005 famílias assentadas. Deste montante foram empenhados R\$ 16.052.400,00 e liquidados R\$ 6.870.200,00 referente à empenhos do exercício, e ainda R\$ 10.963.600,00 referente a restos a pagar inscrito em exercícios anteriores. De forma que o atendimento total dos créditos atendeu a um número de 2.167 famílias assentadas.

O pagamento dos créditos recebidos na unidade respeitaram os seguintes critérios básicos:

- 1 – Prioridade para o pagamento de crédito instalação na modalidade - Apoio Inicial nos assentamentos criados e que não haviam recebido nenhum tipo de crédito;
- 2 – Prioridade para a concessão de crédito instalação na modalidade - Aquisição de Material de construção às famílias já residentes nos Projetos de Assentamentos porém sem habitação construída;
- 3 – Preferencialmente conceder o crédito instalação na modalidade - Aquisição de material de construção, juntamente com os recursos da modalidade semi-árido, de forma a permitir a edificação da casa e cisterna no mesmo período;

4 – Fortalecer grupos de mulheres já existentes nos projetos de assentamentos e que desenvolvem atividades produtivas/comercialização, através da concessão do crédito Apoio Mulher;

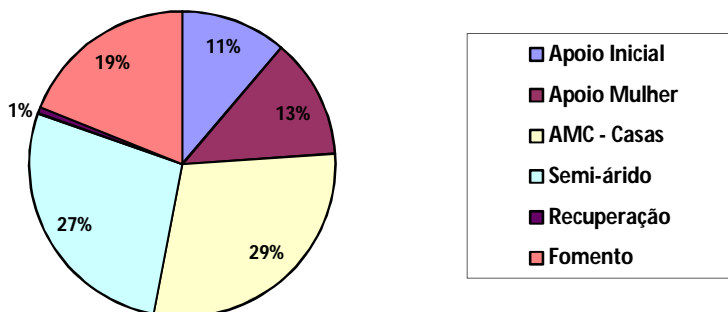
Adicionalmente informamos que desde o início do exercício de 2012, esteve sendo tratado entre o INCRA-Sede e o Ministério das Cidades a possibilidade da construção de unidades habitacionais em áreas de assentamentos pelo Programa Nacional de habitação rural, integrante do Programa Minha casa minha vida. Havia uma vedação à participação de beneficiário do Programa Nacional de Reforma Agrária, expressa no inciso V, do art.2º da Portaria nº 406 do Ministério das Cidades, que impedia que o acesso ao programa, tendo em vista o INCRA dispor de ação própria destinada à mesma finalidade. Com o avanço das tratativas entre o INCRA/Caixa Econômica/Ministério das Cidades, houve uma evolução para que esta demanda fosse atendida especificamente pelo Programa Nacional de Habitação, em 2013. Ao final do exercício, o INCRA publicou a Instrução normativa nº 74/12 ajustando o valor do crédito Aquisição material de construção para R\$ 25.000,00 por família, gerando uma demanda adicional na Superintendência de complementação orçamentária na ordem de R\$ 10.000,00 aos créditos anteriormente empenhados em R\$ 15.000,00.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Atividade	Unid	Iniciadas em 2012	Passivo exercícios anteriores (rap)	TOTAL
		Pago	Pago	
Apoio Inicial	Fam	131	105	236
	PA	07	04	11
Complementação	Fam	0	0	0
Apoio Mulher	Fam	10	258	268
	PA	02	13	15
Complementação	Fam	74	93	167
Aquisição de Mat. de Construção	Fam	142	471	613
	PA	07	16	23
Complementação	Fam	352	0	352
Fomento	Fam	174	165	339
	PA	05	05	10
Complementação	Fam	0	04	04
Semi-Árido	Fam	77	500	577
	PA	03	18	21
Complementação	Fam	17	0	17
Aquisição de Mat. para Recuperação	Fam	01	13	14
	PA	01	01	2
Complementação	Fam	01	01	2
Adicional Fomento	Fam	35	85	120
	PA	02	03	5
Complementação	Fam	0	0	0
Total famílias crédito		570	1597	2167
Total famílias complementações		444	98	542
Total Geral		1014	1695	2709

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Distribuição de créditos por modalidade



Quadro A.4.1.1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7

Identificação da Ação						
Código	20S7					
Descrição	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
290.287,00	288.608,53	278.608,53	0,00	10.000,00	278.608,53	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família	578	3144	260.287,00	278.608,53

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Iniciativas: 01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

ANÁLISE CRÍTICA

Esta ação está diretamente ligada a operacionalização dos créditos concedidos às famílias assentadas nos projetos de assentamento do INCRA sob jurisdição desta unidade. Consiste basicamente no acompanhamento e supervisão por equipe técnica a superintendência regional da Paraíba (SR-18) conforme preceituado na Norma de Execução nº 79/DD de 2008, em seu capítulo VII – Da Operacionalização. O fluxo básico das ações segue a rotina abaixo:

Funcionograma para Aplicação dos Créditos

1. Criação da associação do Projeto de Assentamento, conforme instrumentos normativos;
2. Eleição e posse da diretoria da associação e/ou eleição de 02(dois) representantes por comunidade para compor comissão objetivando o acompanhamento e aplicação dos créditos, em conjunto com a comissão do INCRA (campo). Entregue cópia da Portaria de criação do Projeto de Assentamento e Norma de Execução que regem a aplicação de créditos à associação;
3. Formalização do processo administrativo do projeto de assentamento (Superintendência);
4. Abertura de Conta Bancária específica no Banco do Brasil S/A (bloqueada) para operacionalização dos créditos (Superintendência);
5. Empenho e Pagamento dos recursos em nome da Associação (Superintendência);
6. No caso de necessidade de aplicação de créditos de material de construção para recuperação de casas, preliminarmente é efetuado um Laudo Técnico da situação (campo);
7. A Comissão responsável faz reunião com a comunidade para informar sobre a forma de aplicação dos recursos. É entregue a planilha com lista de materiais básicos necessários para execução dos serviços em pauta, com valores referenciais para pesquisa de preço, cuja atividade é executada em conjunto com a comunidade, participação da comissão do INCRA e de fornecedores interessados (campo);
8. Abertura de proposta de pesquisa de preço e contratação da empresa vencedora. Coleta de assinaturas dos contratos de concessão de créditos pela comissão (campo);
9. Inicia-se a fiscalização da entrega dos materiais, acompanhamento e supervisão dos serviços pela comissão do INCRA, que atestam as Notas Fiscais e de Serviço em conjunto com os representantes da comunidade e as encaminham através de Ofício ao Banco para o devido pagamento (campo);
10. O acompanhamento é contínuo até que os serviços sejam concluídos e os recursos efetivamente aplicados, anexando-se a prestação de contas ao Processo (campo).

A comissão citada no item 7, é composta por no mínimo 02 (dois) servidores, nomeada por ato do Senhor Superintendente, que também orienta e informa os beneficiários sobre a forma de operacionalização e comprovação junto ao INCRA.

Ressaltamos que a definição dos Planos internos específicos, associados ao Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da estrutura Fundiária, para esta Ação de Supervisão e fiscalização da concessão de créditos a famílias assentadas da reforma agrária objetivam o estabelecimento de parâmetros mínimos referenciais quanto ao custo efetivo de aplicação do crédito, frente ao esforço operacional do INCRA. Embora necessite de novos ciclos (exercícios) para estabelecer os parâmetros de eficiência da aplicação do crédito, já representa uma evolução do ponto de vista da gestão orçamentária de recursos operacionais do tipo concessão de diárias à servidor diretamente relacionados à determinada ação, no caso, concessão de créditos. Entendemos que esta ação necessita de ajustes conceituais para a sua plena avaliação, pois da forma como está definida, avalia mais precisamente a quantidade de créditos que as equipes acompanham no exercício, sem correspondência quanto à sua conclusão.

No exercício de 2012 foi previsto como meta financeira um montante de R\$ 260.287,00 para supervisão de 548 créditos concedidos a famílias assentadas. Tendo sido realizado um financeiro de

R\$ 278.608,53 para 3.144 concessões de créditos às famílias. Atualmente o INCRA/PB possui 05 equipes de Acompanhamento/Fiscalização da concessão de crédito.

Quadro A.4.1.1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396

Identificação da Ação						
Código	8396					
Descrição	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.254.172,51	2.251.370,27	100.804,20	0,00	2.150.566,07	100.804,20	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	11	0	79.334,00	100.804,20

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Iniciativas: 01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

Atividade	Unid	Iniciadas em 2012		Iniciadas em exercícios anteriores		Total	
		Concluídos	Em execução	Concluídos	Em execução	Concluídos	Em execução
Estradas recuperadas	Fam	0	0	0	430	0	430
	km	0	0	0	15,50	0	15,50
Abastecimento de água	Fam	0	0	0	1556	0	1556
	PA	0	0	0	25	0	25

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Execução de Restos a Pagar (RAP)

Ordem	Descrição(Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	0,00	1.216.504,73	5.161.407,44

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

De acordo com o quadro acima, aparentemente, a ação permanece ociosa de resultados na condição de concluídas, tanto na execução do exercício 2012, como na execução de exercícios anteriores. Ocorre que durante o exercício de 2012 foram acompanhadas as obras cujos procedimentos licitatórios se deram ao fim do exercício de 2011. Igualmente no exercício de 2012, percorreu-se até praticamente o final do exercício, os passos administrativos objetivando a elaboração de projetos, editais e procedimentos licitatórios, cujos recursos orçamentários foram disponibilizados à Superintendência Regional ao final do exercício de forma a permitir a tomada de preço das obras conforme quadro a seguir, com execução no exercício de 2013:

Tabela de Detalhamento da Meta Física

nº ordem	Assentamentos	Descrição da obra	Município
1	Tanques	3-Recuperação de Estradas	Dona Inês
2	Boa Vista I	3-Recuperação de Estradas	Coxixola
3	Serrote Agudo	3-Recuperação de Estradas	Sumé
4	Rosa de Luxemburgo	3-Recuperação de Estradas	Algodão de Jandaíra
5	Chico Mendes	3-Recuperação de Estradas	Riachão do Poço
6	Irmã Dorothy	3-Recuperação de Estradas	Algodão de Jandaíra
7	Antonio Avelino	3-Recuperação de Estradas	Soledade
8	Maria Bonita	3-Recuperação de Estradas	São Sebastião do Umbuzeiro
9	Santa Rosa	3-Recuperação de Estradas	Barra de Santa Rosa
10	Tubarão	3-Recuperação de Estradas	São José do Bonfim
11	Frei Beda	3-Recuperação de Estradas	Cajazeiras
12	Santa Helena	2 – Abastecimento d'água/Construção de Cisternas	Cruz do Espírito Santo
13	Teixeirinha	2 – Abastecimento d'água/Construção de Cisternas	Pitimbu
14	Mundo Novo	2 – Abastecimento d'água/Construção de Cisternas	São Mamede
15	Novo Horizonte	2 – Abastecimento d'água/Construção de Cisternas	Várzea
16	Antônio Chaves	2 – Abastecimento d'água/Construção de Cisternas	Jacaraú
17	São Sebastião	2 – Abastecimento d'água/Construção de Cisternas	Catingueira
18	José Moreira	2 – Abastecimento d'água/Construção de Cisternas	Taperoá
19	Juazeiro I	2 – Abastecimento d'água/Construção de Cisternas	Olho d'água
20	Margarida Maria Alves	2 – Abastecimento d'água/Construção de Cisternas	Pombal
21	Frei Beda	2 – Abastecimento d'água/Construção de Cisternas	Cajazeiras

Para 2012, a ação foi inicialmente prevista para R\$ 2.251.172,51, referente ao atendimento de 11 famílias, que após decreto de contingenciamento sofreu corte (meta física e orçamentária acima) no PC. Entretanto, a sede estabeleceu que eventuais flexibilizações de liberação de recursos estariam condicionadas ao nível dos processos administrativos de contratação. Observa-se que durante o exercício de 2012 também estavam sendo acompanhadas as obras contratadas com orçamento de 2011.

As atividades para abastecimento de água ainda ocupam 90% das demandas nos projetos de assentamento, configurando-se em demanda específica da ação de maior impacto na vida das famílias assentadas, assumindo o caráter estratégico para o desenvolvimento dos projetos e o efetivo assentamento dos beneficiários.

As demandas por eletrificação rural são atendidas através do Programa Luz para Todos, do Governo Federal, executadas pelo Estado, e alguns casos pontuais por esta Superintendência. Quanto ao acesso aos projetos de assentamento, estas são viabilizadas sempre que demandadas pelos trabalhadores. Normalmente o que é feito é a recuperação das vias de acesso

A seguir apresentamos o quadro demonstrativo de obras iniciadas e em execução no exercício de 2012.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

nº ordem	Assentamentos	Descrição da obra	Fam	Município	Território da Cidadania	Ano do CRT	Situação em dezembro de 2012
1	José Horácio	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	16	Alagoa Grande	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
2	Margarida Maria Alves II	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	7	Alagoa Grande	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
3	Alagoa Nova	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	1	Alagoa Grande	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
4	Coração de Jesus	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	19	Alagoa Grande	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
5	Severino Cassimiro	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	17	Alagoa Grande	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
6	Maria da Penha I	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	15	Alagoa Grande	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
7	Severino Cassimiro	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	26	Alagoa Grande	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
8	Santa Terezinha I	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	20	Alagoinha	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
9	Senhor do Bonfim	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	15	Alagoinha	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
10	Paulo Freire	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	16	Araçagi	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
11	Esperança	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	40	Areia	Borborema	2011	Iniciado 2012-em execução
12	União	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	54	Areia	Borborema	2011	Iniciado 2012-em execução
13	Nossa Senhora de Fátima	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	22	Belém/Banan eiras	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
14	Mundo Novo/Beira Rio/Eldorado	2-Abastecimento de Água	132	Camalaú	Cariri Ocidental	2011	Iniciado 2012-em execução
15	Padre Luciano Dias	2-Abastecimento de Água	42	Catingueira	Médio Sertão	2011	Iniciado 2012-em execução

	de Moraes						
16	Asa Branca	2-Abastecimento de Água	34	Coxixola	Cariri Ocidental	2011	Iniciado 2012-em execução
17	Pinheiros	2-Abastecimento de Água	19	Coxixola	Cariri Ocidental	2011	Iniciado 2012-em execução
18	Padre Acácio Cartaxo Rolim	2-Abastecimento de Água	19	Malta	Médio Sertão	2011	Iniciado 2012-em execução
19	Chã do Bálsamo	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	8	Matinhas	Borborema	2011	Iniciado 2012-em execução
20	Campo Comprido	2-Abastecimento de Água	86	Patos	Médio Sertão	2011	Iniciado 2012-em execução
21	Paxicu	2-Abastecimento de Água	36	Paulista	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
22	Curralinho	2-Abastecimento de Água	40	Paulista	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
23	Nova Conquista	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	100	Pilar	Zona da Mata Sul	2011	Iniciado 2012-em execução
24	Renascer	2-Abastecimento de Água/Recuperação Açude	53	Prata	Cariri Ocidental	2011	Iniciado 2012-em execução
25	Chico Mendes	2-Abastecimento de água/Construção de Cisternas	12	Riachão do Poço	Zona da Mata Norte	2011	Iniciado 2012-em execução
26	Sítio Sousa	2-Abastecimento de Água/Recuperação Açude	50	Salgado de São Félix	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
27	Cachoeira	2-Abastecimento de Água	40	São José de Espinharas	Médio Sertão	2011	Iniciado 2012-em execução
28	Maria Paz	2-Abastecimento de Água	40	São José de Espinharas	Médio Sertão	2011	Iniciado 2012-em execução
29	Osiel Alves	2-Abastecimento de Água	25	São José de Espinharas	Médio Sertão	2011	Iniciado 2012-em execução
30	Tiradentes I	2-Abastecimento de Água	35	São José de Espinharas	Médio Sertão	2011	Iniciado 2012-em execução
31	Osiel Alves	2-Abastecimento de Água/Recuperação Açude	25	São José de Espinharas	Médio Sertão	2011	Iniciado 2012-em execução
32	Saco do Monte	2-Abastecimento de Água	33	São Mamede	Médio Sertão	2011	Iniciado 2012-em execução
33	Maravalha	2-Abastecimento de Água/Recuperação Açude	44	São Miguel de Taipá	Zona da Mata Sul	2011	Iniciado 2012-em execução
34	Água Branca	2-Abastecimento de Água	73	São Miguel de Taipu	Zona da Mata Sul	2011	Iniciado 2012-em execução
35	Boa Sorte	2-Abastecimento de Água/Recuperação Açude	20	São Sebastião do Umbuzeiro	Cariri Ocidental	2011	Iniciado 2012-em execução
36	Maria Bonita	2-Abastecimento de Água/Recuperação Açude	20	São Sebastião do Umbuzeiro	Cariri Ocidental	2011	Iniciado 2012-em execução
37	Estrela d' alva	2-Abastecimento de Água/Recuperação Açude	53	São Sebastião do Umbuzeiro	Cariri Ocidental	2011	Iniciado 2012-em execução
38	Mandacaru	2-Abastecimento de Água/Recuperação Açude	118	Sumé	Cariri Ocidental	2011	Iniciado 2012-em execução
39	Serrote Agudo	2-Abastecimento de Água/Recuperação Açude	86	Sumé/Prata/Amparo	Cariri Ocidental	2011	Iniciado 2012-em execução
40	Poços de Baixo	2-Abastecimento de Água	45	Teixeira	Médio Sertão	2011	Iniciado 2012-em execução
			1556				
1	Rosa Luxemburgo	3-Recuperação de estradas (2,0km)	20	Algodão de Jandaíra	Borborema	2011	Iniciado 2012-em execução
2	Gruta Funda	3-Recuperação de estradas (2,0km)	40	Algodão de Jandaíra	Borborema	2011	Iniciado 2012-em execução

3	Massangana I	3-Recuperação de estradas (0,5km)	131	Cruz do Espírito Santo	Zona da Mata Norte	2011	Iniciado 2012-em execução
4	Várzea Grande	3-Recuperação de estradas (3,0km)	45	Dona Inês	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
5	Dom Marcelo Carvalheira	3-Recuperação de estradas (1,0km)	70	Mogeyro	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
6	Dom Expedito Eduardo	3-Recuperação de estradas (2,0km)	50	Santa Teresinha	Médio Sertão	2011	Iniciado 2012-em execução
7	Angélicas	3-Recuperação de estradas (3,0km)	34	São José da Lagoa Tapada	Fora	2011	Iniciado 2012-em execução
8	Maria Paz	3-Recuperação de estradas (2,0km)	40	São José de Espinharas	Médio Sertão	2011	Iniciado 2012-em execução
			430				

Vale salientar que é entendimento da gestão, que as ações de infraestrutura devam ser potencializadas através da instituição de parcerias entre entes federativos, seja Estado, seja com os municípios.

Quadro A.4.1.1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398

Identificação da Ação						
Código	8398					
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
119.718,00	113.326,14	97.116,14	0,00	16.210,00	97.116,14	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	228	368	83.568,00	97.116,14

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Iniciativa: 01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Atividade	Unid	Iniciadas em 2012		Iniciadas em exercícios anteriores		Total	
		Concluídos	Em execução	Concluídos	Em execução	Concluídos	Em execução
Demarcação de perímetro	Fam	205	0	0	0	205	0
	PA	6	0	0	0	6	0
Parcelamento	Fam	163	0	0	0	163	0
	PA	5	0	0	0	5	0
Fonte: SIR-Módulo Monitoramento		368	0	0	0	368	0

Tabela de Detalhamento da Meta Física

n ordem	Projeto de assentamento	Município	fam	há
	Serviços de parcelamento			
1	Jardim	Curral de Cima	42	996,3917
2	Almir Muniz da Silva.	Itabaiana	30	459,5693
3	Margarida Maria Alves.	Pombal	46	1185,1544
4	Manoel Bento	Capim	21	190,0000
5	Canaã.	Pedras de Fogo	24	199,5030
			163	
	Serviços de perímetro			
1	Manoel Bento	Capim	21	190,0000
2	Jaracateá	Jacarau	15	126,1007
3	Água Branca	Santa Rita	73	382,9611
4	Jardim	Curral de Cima	42	996,3917
5	Almir Muniz da Silva.	Itabaiana	30	459,5693
6	Canaã.	Pedras de Fogo	24	199,5030
			205	

ANÁLISE CRÍTICA

As ações de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento consiste basicamente em duas etapas. Demarcação de perímetro, e, parcelamento propriamente dito, seja ele de lotes rurais, de áreas coletivas, de reserva legal, etc.

Todas as atividades de materialização e medição, bem como a apresentação dos trabalhos, são normatizadas através da Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais 2ª Edição de novembro de 2003, a qual define metodologia de trabalho, padrões de precisão e procedimento para o atendimento a Lei 10.263/2001 e os decretos que a regulamentam.

Persiste ainda problemas relacionados ao impedimento de certificação de imóveis conforme o que determina a lei 10.267/2001, em posse do INCRA, mas ainda com litígio judicial com o ex-proprietário. Encontram-se abertos na Superintendência Regional, processos administrativos sobrestados aguardando decisão judicial para se efetivarem os registros nos cartórios já devidamente certificados.

Prioritariamente as ações de demarcação no exercício de 2012 foram realizadas com execução direta, com servidores do quadro do órgão. Esta iniciativa deve-se ao fato de haver sido frustrada a contratação de empresa em exercício anterior,

Quadro A.4.1.1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06

Identificação da Ação						
Código	2B06					
Descrição	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.000,00	755,05	755,05	0,00	0,00	755,05	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento beneficiado	Assentamento	1		10.000,00	755,05

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Iniciativas: 01EU - Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental

Execução de Restos a Pagar (RAP)

Ordem	Descrição(Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	PA beneficiado	2	855.682,87	446.026,99

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

nº ordem	Projeto de Assentamento	Fam	Município	Território da Cidadania	Situação da obra
1	Nova espinharas	58	São José de Espinharas	Território Médio Sertão	Em execução
2	Nova Santana	24	São José de Espinharas	Território Médio Sertão	Em execução
3	Cachoeira	40	São José de Espinharas	Território Médio Sertão	Em execução
4	Padre Acácio	19	Malta	Território Médio Sertão	Em execução
5	Campo Comprido	86	Patos	Território Médio Sertão	Em execução
6	Tubarão	67	São José do Bonfim	Território Médio Sertão	Em execução
7	Poço de baixo	45	Teixeira	Território Médio Sertão	Em execução
8	Riacho da Cruz	150	Barra de Sta Rosa	Território Curimataú	Em execução
9	Campos Novos	67	Barra de Sta Rosa	Território Curimataú	Em execução
10	Estrela Dalva	53	São Sebastião do Umbuzeiro	Território Cariri Ocidental	Em execução
		609			
11	Tiradentes I	35	São José de Espinharas	Território Médio Sertão	Executada
12	Osiel Alves	25	São José de Espinharas	Território Médio Sertão	Executada
		60			

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Análise Crítica

Para esta ação no exercício encontra-se em execução contrato de cercamento de área de reserva legal para 12 Projetos de Assentamentos, cuja análise da evolução contratual servirá de parâmetro para ampliação da demanda de serviços em novos Projetos.

Quadro A.4.1.1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320

Identificação da Ação						
Código	4320					
Descrição	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
383.508,41	381.763,57	0,00	0,00	381.763,57	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Família	752	0,00	318.302,00	0,00

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Iniciativas : 01EW - Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres.

Execução de Restos a Pagar (RAP)

Ordem	Descrição(Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família atendida	95	261.354,06	334.551,39

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Atividade	Unid	Iniciadas em 2012		Iniciadas em exercícios anteriores		Total	
		Concluídos	Em execução	Concluídos	Em execução	Concluídos	Em execução
Fomento à agroindustrialização e a comercialização	Fam	0	147	95	150	95	297
	PA	0	4	2	1	2	5
	Proj contratado	0	4	0	1	0	5

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

ANÁLISE CRÍTICA

A Ação 4320, Terra Sol, foi criada em 2004 e está vinculada no Plano Plurianual (PPA) ao Programa 0137: Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, tendo o objetivo de fomentar a agroindustrialização, a comercialização e as atividades pluriativas solidárias. É regulamentada pela Norma de Execução/INCRA/ Divisão de Desenvolvimento/nº 103 de 12/7/2012 e pelo “Manual da Ação Terra Sol”.

A finalidade dessa Ação é apoiar o desenvolvimento sócio-econômico dos projetos de assentamento do Incra ou por ele reconhecidos e que se encontrem nas fases 5 e 6 do SIPRA, estruturação e consolidação, respectivamente. O referido apoio deve-se dar pela implantação ou recuperação de agroindústrias (beneficiamento ou transformação de produtos agropecuários ou florestais); aquisição de máquinas e equipamentos para a atividade agroindustrial; apoio à valorização dos produtos dos assentamentos, ao acesso aos mercados e à comercialização; atividades pluriativas solidárias (artesanato, serviços de alimentação rural, turismo rural e ecoturismo).

Os assentados não precisam reembolsar o Incra dos benefícios financeiros proporcionados pela Ação Terra Sol.

Estratégia adotada pela SR-18 para a execução da Ação Terra Sol

Por sua natureza, a aplicação de recursos financeiros na Ação Terra Sol tem como pré-requisito a existência de significativa produção agropecuária no projeto de assentamento a ser beneficiado, o que proporcionaria o beneficiamento agroindustrial dessa produção, sua transformação nos mais diversos produtos e, ou, sua comercialização. Requer também, a existência de grupos de pessoas com espírito empreendedor e vontade de trabalhar numa atividade econômica de produção ou comercialização. Além da vontade, também é necessária a capacidade, o conhecimento, a habilidade e por este motivo a Ação também comporta o apoio às atividades de capacitação dos assentados.

O bom desempenho do Incra na aplicação de recursos da Ação Terra Sol depende, ainda, de sua presença rotineira nos projetos de assentamento a fim de identificar os grupos organizados e as potencialidades e oportunidades de negócios e investimentos. Bem como, divulgar e informar sobre o funcionamento da Ação. Essas funções também podem ser exercidas pelas equipes de assessoria técnica (ATES) contratadas pelo Incra para prestar esse serviço aos assentados.

Compete ao Incra informar e capacitar os assentados, contudo, o Incra não pode forçar os assentados nem cooptá-los a assumir atitudes empreendedoras e mercantis. Cabe aos próprios assentados, se assim desejarem, desenvolver essas habilidades com o apoio do Incra, das parcerias e da assessoria técnica.

Assim, o sistema de trabalho e a estratégia de serviços adotados pela SR-18/PB para implementar projetos no âmbito da Ação Terra Sol nos assentamentos pode ser resumido como segue:

1 - a assessoria técnica dos assentados, contratada pelo Incra, identifica nos projetos de assentamentos, as oportunidades de negócios e investimentos, bem como os grupos organizados que já trabalham ou têm vontade de trabalhar em um empreendimento econômico;

2 - a assessoria técnica, em conjunto com os beneficiários, elabora o projeto básico, visando ao recebimento de recursos do Terra Sol e o submete à apreciação do setor técnico do Incra responsável pela coordenação da Ação Terra Sol;

3 - o setor técnico do Incra analisa o projeto, pode sugerir alterações, quando é o caso, e pode aprovar ou não o projeto, dependendo do interesse público e das possibilidades da administração;

4 - uma vez aprovado o projeto, os respectivos recursos são solicitados ao Incra-Sede, ao qual cabe descentralizá-los para a superintendência da Paraíba;

5 - descentralizados os recursos, podem ser realizadas as licitações para a execução do projeto.

A SR-18 vem adotando a execução direta dos projetos. Isto é, o próprio Incra através de licitações, contrata a realização de obras de construção civil e a aquisição de materiais, máquinas e equipamentos para que o projeto seja implementado.

Embora a Ação Terra Sol possa também ser acionada por intermédio de convênios com entidades sem fins lucrativos ou convênios com entes públicos, parece que essas opções não têm se mostrado atraentes nem para a administração da superintendência e nem para o público que demanda os serviços da Ação.

EVENTOS DESTACÁVEIS NO ANO DE 2012

Durante o transcorrer do ano, ocorreram eventos dignos de registro, a seguir, descritos.

Houve contingenciamento de recursos financeiros.

Houve uma greve geral dos servidores do Incra/SR-18, que teve início no dia 26 de junho e terminou no dia 31 de agosto de 2012. Esse movimento teve consequências no andamento dos trabalhos na Instituição, como um todo.

Somente a partir do dia 16 de julho é que recursos financeiros foram disponibilizados para a SR-18, com o crédito de R\$237.682,00.

No dia 16 de julho de 2012 foi publicada a Norma de Execução/INCRA/DD/Nº103 que estabelece critérios e procedimentos referentes à Ação Terra Sol, revogando, assim a norma anterior, a Norma de Execução/INCRA/DD/Nº76, de 26 de agosto de 2008.

Com o advento da Norma 103, passou a vigorar o “Manual da Ação Terra Sol”.

Devido à revogação da NE nº 76, a coordenação local da Ação teve que alterar e ajustar o “Roteiro de Elaboração de Projetos” às novas diretrizes instituídas pela NE nº 103. O referido trabalho foi concluído em novembro e o novo roteiro foi distribuído no dia 7 de dezembro de 2012 para os profissionais das assessorias técnicas (ATES) via *e-mail*.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS À AÇÃO TERRA SOL NA SR-18/PB

Licitações iniciados em 2011 com liquidação de empenhos efetuados em 2012

- PA Estiva do Geraldo – Estruturação de uma unidade de produção de doces e salgados

- Título do Projeto: “Estruturação do grupo de produção do projeto de assentamento Estiva do Geraldo”
- Proponente: “Associação dos Agricultores do Assentamento Estiva do Geraldo”
- Objeto: Equipar uma unidade de produção de doces e salgados.
- Número total de famílias a serem beneficiadas: 47 (quarenta e sete).
- Assentamento beneficiado: Assentamento Estiva do Geraldo/PB0049000; criado em 26/01/1995; município de Lucena; total de 82 famílias assentadas; fase Sipra: 6 (assentamento em consolidação) incluso no Território da Cidadania: “Zona da Mata Norte”.
- Processo nº: 54320.000860/2010-30 (a licitação foi realizada em um único processo para os dois assentamentos: Estiva do Geraldo e Nova Vivência)

Quadro I: PA Estiva do Geraldo e Nova Vivência- Orçamento do projeto.

Ordem	Ação projetada	Estimativa do valor (R\$)	Elemento de despesa
1	Equipamentos e material permanente	18.747,33	4.4.90.52
2	Material de consumo	1.370,00	3.3.90.30
Total		20.117,33	

- Situação atual do projeto

Dos empenhos realizados em 2011, apenas R\$355,00 foram liquidados no mesmo ano, referindo-se à aquisição de material permanente (investimento). O restante foi liquidado em 2012, correspondendo a R\$448,00 em material de consumo e R\$4.789,50 em material permanente.

Os bens adquiridos já foram repassados aos beneficiários (processo nº 54320.000158/2012-38) considerando-se, portanto, o projeto 100% concluído.

Houve o empenho em 2011, de R\$438,00 que, entretanto, não foram pagos porque o fornecedor não entregou os bens adquiridos, no caso, potes de vidro do tipo conserva para palmito cuja aplicação seria o acondicionamento de doces.

- Ações anteriores do Terra Sol no projeto de assentamento Estiva do Geraldo

Foi construída, em 2009, uma edificação apropriada à produção de doces e salgados. Um investimento de R\$24.021,38.

- PA Nova Vivência – Estruturação de uma unidade de produção de doces e salgados

- Título do Projeto: “Estruturação do grupo de produção do projeto de assentamento Nova Vivência”
 - Proponente: “Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Nova Vivência”
 - Objeto: Equipar uma unidade de produção de doces e salgados.
 - Número total de famílias a serem beneficiadas: 48 (quarenta e oito).
 - Assentamento beneficiado: Nova Vivência/PB0125000; criado em 26/05/1998; município de Sobrado; total de 48 famílias assentadas; fase Sipra: 5 (assentamento em estruturação) incluso no Território da Cidadania: “Zona da Mata Norte”.
 - Processo nº: 54320.000860/2010-30 (a licitação foi realizada em um único processo para os dois projetos de assentamento: Estiva do Geraldo e Nova Vivência)

Quadro II: PA Estiva do Geraldo e Nova Vivência- Orçamento do projeto.

Ordem	Ação projetada	Estimativa do valor (R\$)	Elemento de despesa
1	Equipamentos e material permanente	18.747,33	4.4.90.52
2	Material de consumo	1.370,00	3.3.90.30
Total		20.117,33	

- Situação atual do projeto

Dos empenhos realizados em 2011, apenas R\$355,00 foram liquidados no mesmo ano, referindo-se à aquisição de material permanente. O restante foi liquidado em 2012, correspondendo a R\$5.672,49 em material permanente.

Os bens adquiridos já foram repassados aos beneficiários (processo nº 54320.000157/2012-93) considerando-se, portanto, o projeto 100% concluído.

- Ações anteriores do Terra Sol no projeto de assentamento Nova Vivência

Foi construída, em 2009, uma edificação apropriada à produção de doces e salgados. Um investimento de R\$24.526,56.

Projeto iniciado em 2011 e ainda em andamento

- PA Riacho da Cruz – Construção de uma usina de beneficiamento de leite

Teve início no ano passado, a construção de uma usina de beneficiamento de leite no projeto de assentamento Riacho da Cruz, município de Barra de Santa Rosa.

O objetivo do empreendimento é receber e beneficiar a produção de leite de cabras do próprio assentamento e dos demais produtores de regiões próximas à usina.

A obra, no valor de R\$631.065,87, está a cargo da empresa *CONSTRUDANTAS*.

Do valor citado acima, R\$584.557,46, foram empenhados em 2011 (Nota de Empenho 800514) e o restante, R\$46.508,41 (Nota de Empenho 800237) foram empenhados no corrente ano.

O processo administrativo de licitação da obra é o de nº54320.001558/2011-80, em dois volumes.

A conclusão da obra de construção civil está prevista para 2013, sendo que o percentual de execução física até o momento é de 60%.

A compra das máquinas e equipamentos da usina não está na responsabilidade do Incra. O Sr. Adriano de Souza Leite, do Sindicato de Trabalhadores de Riacho da Cruz é que se encarregou de viabilizar essa aquisição, junto às parcerias.

- Ações anteriores do Terra Sol no projeto de assentamento Riacho da Cruz

Foi construída uma pequena unidade de extração de mel abelhas (casa-do-mel) e proporcionado estímulo à apicultura, com a aquisição de materiais necessários à atividade.

Projetos apresentados à SR-18/PB durante o ano de 2012

Foram apresentadas 5 (cinco) propostas (projetos) demandando o apoio do Terra Sol, como se demonstra, a seguir. Classificando-os em “Projetos aprovados” e “Projetos não-aprovados”.

- a) PA Chico Mendes - Beneficiamento de mel de abelhas (aprovado)
- b) PA Oho D' Água – Apoio à apicultura e construção de uma unidade de extração de mel de abelhas (aprovado)
- c) PA Santa Cruz – Serviço de alimentação rural e feirinha agroecológica (aprovado)
- d) PA Zumbi dos Palmares – Construção de uma unidade de beneficiamento de mandioca (aprovado)
- e) PA Oziel Pereira – construção de uma unidade de beneficiamento de mel de abelhas “entreposto de mel” (não-aprovado)

Projetos aprovados em 2012

PA Chico Mendes - Beneficiamento de mel de abelhas

- Título do Projeto: “Apis-mel/Processamento e envase de produtos apícolas”
- Proponente: “Associação dos trabalhadores do assentamento Chico Mendes” / Assessoria técnica AGEMTE
- Responsável pela elaboração do projeto: Daniel Costa Bonifácio
- Objeto: Construir e equipar uma unidade de beneficiamento de mel de abelhas no PA “Chico Mendes”.
- Número total de famílias a serem beneficiadas: 22 (vinte e duas).
- Assentamentos a serem beneficiados: Assentamento Chico Mendes/PB0163000; criado em 28/12/1999; município de Riachão do Poço; total de 118 famílias assentadas; fase Sipra: 5; incluso no Território da Cidadania: “Zona da Mata Norte”.
- Processo nº : 54320.000166/2012-84

Quadro III: PA Chico Mendes- Orçamento do projeto.

Ordem	Ação projetada	Estimativa do valor (R\$)	Elemento de despesa
1	Obras e instalações	62.738,46	4.4.90.51
2	Equipamentos e material permanente	35.879,00	4.4.90.52
3	Material de consumo	79.530,00	3.3.90.30
4	Serviços a pessoa jurídica (frete)	1.500,00	3.3.90.39

Nota: o valor do item 1 foi ajustado pelo Serviço de Infraestrutura e licitado ao preço de R\$82.334,90.

Quanto aos itens 2, 3 e 4, os orçamentos serão atualizados e os recursos solicitados ao Incra-sede no ano de 2013.

- Situação atual do projeto “Apis-mel/Processamento e envase de produtos apícolas” (PA Chico Mendes)

Embora a SR-18 tenha solicitado a descentralização do valor total do projeto, o Incra-Sede descentralizou somente o valor da obra de construção civil, cujo orçamento necessitou de ser ajustado pelo Serviço de Infraestrutura desta SR.

A licitação, objeto do processo administrativo nº54320.000326/2012-95, já foi realizada e o empenho efetuado (Nota de Empenho 800391) ao preço de R\$82.334,90 para a construção de obra com área total de 85,75 metros quadrados aí incluídos os 24,45 metros quadrados referentes a uma pequena sala para escritório e dois sanitários. Desse modo, é de se esperar que a execução da obra tenha início no ano de 2013.

Também no referido ano, após a atualização dos orçamentos, deverá ser solicitada a descentralização dos recursos referentes aos equipamentos e material permanente; material de consumo e serviços a pessoa jurídica para completar a realização do projeto.

- Ações anteriores do Terra Sol no projeto de assentamento Chico Mendes

Foi construída uma pequena unidade de extração de mel abelhas (casa-do-mel) e proporcionado estímulo à apicultura, com a aquisição de materiais necessários à atividade.

PA Olho D`Água – Apoio à apicultura e construção de uma unidade de extração de mel de abelhas

- Título do Projeto: “Apicultores do Seridó”
- Proponente: “Associação de cooperação agrícola dos produtores rurais do assentamento Olho d`Água”.
- Responsável pela elaboração do projeto: José Diniz das Neves
- Objeto: Construir e equipar uma unidade de extração de mel de abelhas (casa-do-mel) e ampliar a produção de mel no projeto de assentamento “Olho d`Água”, município de Seridó, fase/Sipra 5.
- Número total de famílias a serem beneficiadas: 9 (nove)
- Assentamentos a serem beneficiados: Assentamento Olho d`Água/PB0245000; criado em 31/8/2004; município de Seridó; total de 29 famílias assentadas; nove famílias diretamente beneficiadas.
- Processo nº 54320.000170/2012-42

Quadro IV: PA Olho D`Água – Orçamento do projeto.

Ordem	Ação projetada	Estimativa do valor (R\$)	Elemento de despesa
1	Obras e instalações	49.117,27	4.4.90.51
2	Equipamentos e material permanente	6.527,00	4.4.90.52
3	Material de consumo	39.358,00	3.3.90.30
4	Serviços a pessoa jurídica (frete)	1.500,00	3.3.90.39

Nota: o valor do item 1 foi ajustado pelo Serviço de Infraestrutura e licitado ao preço de R\$67.002,93.

Quanto aos itens 2, 3 e 4, os orçamentos serão atualizados e os recursos solicitados ao Incra-sede no ano de 2013.

- Situação atual do projeto “Apicultores do Seridó” (PA Olho D`Água)

Embora a SR-18 tenha solicitado a descentralização do valor total do projeto, o Incra-Sede descentralizou somente o valor da obra de construção civil, cujo orçamento necessitou ser ajustado pelo Serviço de Infraestrutura desta SR.

A licitação, objeto do processo administrativo nº54320.000326/2012-95, já foi realizada e o empenho efetuado (Nota de Empenho 800391) ao preço de R\$67.002,93 para a construção de obra com área total de 85,75 metros quadrados aí incluídos os 24,45 metros quadrados referentes a uma pequena sala para escritório e dois sanitários. Desse modo, é de se esperar que a execução da obra tenha início no ano de 2013.

Também no referido ano, após a atualização dos orçamentos, deverá ser solicitada a descentralização dos recursos referentes aos equipamentos e material permanente; material de consumo e serviços a pessoa jurídica para completar a realização do projeto.

- Ações anteriores do Terra Sol no projeto de assentamento Olho D`Água

Não houve ações anteriores do Terra Sol no projeto de assentamento.

PA Santa Cruz – Serviço de alimentação rural e feirinha agroecológica

- Título do Projeto: “Renascer do Agreste”
- Proponente: “Associação dos pequenos produtores rurais do assentamento Santa Cruz” / Assessoria técnica *Coonap*
- Responsável pela elaboração do projeto: José Diniz das Neves
- Objeto: Reformar, construir e equipar uma unidade de fornecimento de refeições (“restaurante rural”) no PA “Santa Cruz”, com anexo de feirinha agroecológica.
- Número total de famílias a serem beneficiadas: 31 (trinta e uma).
- Assentamentos a serem beneficiados: Assentamento Santa Cruz/PB0187000; criado em 17/8/2001; município de Campina Grande; total de 52 famílias assentadas; incluso no Território da Cidadania: “Borborema”.
- Processo nº54320.000167/2012-29

Quadro V: PA Santa Cruz – Orçamento do projeto

Ordem	Ação projetada	Estimativa do valor (R\$)	Elemento de despesa
1	Obras e instalações	54.859,68	4.4.90.51
2	Equipamentos e material permanente	28.560,00	4.4.90.52
3	Material de consumo	9.783,00	3.3.90.30

Nota: o valor do item 1 foi ajustado pelo Serviço de Infraestrutura e licitado ao preço de R\$91.779,95.

Quanto aos itens 2, e 3, os orçamentos serão atualizados e os recursos solicitados ao Incra-sede no ano de 2013.

- Situação atual do projeto “Renascer do Agreste” (PA Santa Cruz)

Embora a SR-18 tenha solicitado a descentralização do valor total do projeto, o Incra-Sede descentralizou somente o valor da obra de construção civil, cujo orçamento necessitou ser ajustado pelo Serviço de Infraestrutura desta SR.

A licitação, objeto do processo administrativo nº54320.000326/2012-95, já foi realizada e o empenho efetuado (Nota de Empenho 800391) ao preço de R\$91.779,95 que abrange as seguintes realizações: reforma do galpão para abrigar a feirinha agroecológica, ampliação da cozinha, construção de dois sanitários, ampliação da área da churrasqueira, reforma da casa-sede e construção de fossa séptica. Desse modo, é de se esperar que a execução da obra tenha início no ano de 2013.

Também no referido ano, após a atualização dos orçamentos, deverá ser solicitada a descentralização dos recursos referentes aos equipamentos e material permanente e material de consumo para completar a realização do projeto.

- Ações anteriores do Terra Sol no projeto de assentamento Santa Cruz

Não houve ações anteriores do Terra Sol no projeto de assentamento.

PA Zumbi dos Palmares – Construção de uma unidade de beneficiamento de mandioca

- Título do Projeto: “Beneficiamento da mandioca no assentamento Zumbi dos Palmares”
- Proponente: “Cooperativa de produção agropecuária do assentamento Zumbi dos Palmares”
- Assessoria técnica: “Cooperativa de prestação de serviços técnicos de reforma agrária da Paraíba” COOPTERA
- Responsável pela elaboração do projeto: Rosivan Batista da Silva
- Objeto: Construir e equipar uma unidade de beneficiamento de mandioca no assentamento.
- Número total de famílias a serem beneficiadas: 85 (oitenta e cinco)
- Assentamentos a serem beneficiados: Zumbi dos Palmares
- Processo nº 54320.000168/2012-73

- Situação atual do projeto “Renascer do Agreste” (PA Zumbi dos Palmares)

Foi solicitada ao Incra-Sede, a descentralização do valor da obra de construção civil, cujo orçamento foi ajustado pelo Serviço de Infraestrutura desta SR.

A licitação, objeto do processo administrativo nº54320.000326/2012-95, já foi realizada e o empenho efetuado (Nota de Empenho 800391) ao preço de R\$94.137,38 para uma edificação de 187,50 metros quadrados. Desse modo, é de se esperar que a execução da obra tenha início no ano de 2013.

Também no referido ano, com a atualização dos orçamentos, deverá ser solicitada a descentralização dos recursos referentes aos equipamentos e material permanente; material de consumo e serviços a pessoa jurídica para completar a realização do projeto.

- Ações anteriores do Terra Sol no projeto de assentamento Zumbi dos Palmares

As assessorias técnicas contratadas pelo Incra apresentaram em 2012 cinco projetos, demandando recursos da Ação Terra Sol, quatro dos quais foram aprovados.

A qualidade aceitável de alguns projetos apresentados e, sobretudo, a eficácia com que o elaborador do projeto colaborou com o Incra na superação de alguns problemas, foram determinantes para a aprovação dos projetos.

Total de projetos de assentamento beneficiados: 5 (cinco) sendo que um deles, a construção da usina de beneficiamento de leite no PA Riacho da Cruz, teve início em 2011. Em 2012, ocorreu o Termo Aditivo ao contrato no valor de R\$46.508,41

Total de famílias beneficiadas: 147 (não incluídas as 150 famílias do PA Riacho da Cruz cuja obra teve início em 2011).

Total dos empenhos efetuados: R\$381.763,57. Tudo a ser investido em obras com início previsto para 2013, exceto o caso de Riacho da Cruz.

Estima-se que a necessidade de aporte financeiro para a SR-18/Ação 4320 no exercício de 2013 seja, aproximadamente, de R\$435.000,00.

Até a presente data, nenhuma nova proposta, em forma de projeto – Terra Sol foi apresentada ao Incra/SR-18/PB.

Quadro A.4.1.1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358

Identificação da Ação						
Código	4358					
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
39.000,00	35.597,99	35.597,99	0,00	0,00	35.597,99	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido	Documento	178	519	39.000,00	35.597,99

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Iniciativas: 01ES - Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento

Tabela de Detalhamento da Meta Física

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	CCU
PA SEVERINO RAMALHO	ALAGOA GRANDE	1
PA ERNESTO CHE GUEVARA	CASSERENGUE	13
PA SÃO SEBASTIAO	CATINGUEIRA	1
PA MATA VERDE	DIAMANTE	15

PA NOSSA SENHORA APARECIDA I	ITABAIANA	2
PA JERIMUM	LASTRO	2
PA OITEIRO DE MIRANDA	LUCENA	1
PA CANAA	PEDRAS DE FOGO	23
PA PRATO CHEIO	PILAR	5
PA MARGARIDA MARIA ALVES	POMBAL	2
PA JOSE JORDIVAN COSTA LUCENA	SALGADINHO	26
PA SANTA HELENA	SAPE	2
PA SERROTE AGUDO	SUME	5
PA CAIANA	ALAGOA GRANDE	1
PA JOSE HORACIO	ALAGOA GRANDE	2
PA MARGARIDA MARIA ALVES II	ALAGOA GRANDE	3
PA SAPE DE ALAGOA GRANDE	ALAGOA GRANDE	3
PA CAJA DE ALAGOINHA	ALAGOINHA	3
PA GRUTA FUNDA	ALGODAO DE JANDAIRA	5
PA ARVORE ALTA	ALHANDRA	1
PA NOVA VIDA I	APARECIDA	2
PA PAULO FREIRE	ARACAGI	1
PA ALTO GRANDE	ARARUNA	1
PA FREI DAMIAO	ARARUNA	2
PA PADRE LUIZ	ARARUNA	5
PA QUANDU	BARRA DE SANTA ROSA	1
PA RIACHO DO SANGUE	BARRA DE SANTA ROSA	4
PA SANTA ROSA	BARRA DE SANTA ROSA	1
PA BOM JESUS I	BARRAS DE SÃO MIGUEL	20
PA JOSE JOVEM	BOA VISTA	33
PA NOVO MUNDO	CAMALAU	1
PA 25 DE JULHO	CASSERENGUE	1
PA POÇO VERDE	CASSERENGUE	1
PA FREI DIMAS	CATOLE DO ROCHA	30
PA ANANIAS PEREIRA	CONCEIÇÃO	20
PA CAMPOS DE SEMENTES E MUDAS	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	7
PA CAMPOS DE SEMENTES E MUDAS	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	1
PA CANUDOS	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	1
PA CANUDOS	CRUZ DOS ESPIRITO SANTO	5
PA BELO MONTE	CUBATI	2
PA CABANO	DIAMANTE	3
PA MATA VERDE	DIAMANTE	3
PA NOSSA SENHORA APARECIDA	ITABAIANA	1
PA NOVO SALVADOR	JACARAU	4
PA SANTA MONICA I	LAGOA	2
PA SANTA MONICA I	LAGOA	1
PA JERIMUM	LASTRO	2
PA JERIMUM	LASTRO	48
PA JERIMUM	LASTRO	1
PA OITEIRO DE MIRANDA	LUCENA	3

PA CHA DO BALSAMO	MATINHAS	2
PA 1º DE MAIO	MATUREIA	1
PA XIQUE XIQUE	MONTEIRO	12
PA PAXICU	PAULISTA	1
PA PAXICU	PAULISTA	4
PA CANAA	PEDRAS DE FOGO	1
PA NOVA TATIANE	PEDRAS DE FOGO	1
PA NOVA CONQUISTA	PILAR	1
PA 1º DE MARÇO	PITIMBU	4
PA SEDE VELHA DO ABIAI	PITIMBU	2
PA PRIMEIRO DE MAIO I	POCINHOS	1
PA GRAVATA	POCINHOS	27
PA QUEIMADAS	REMIGIO	1
PA BAIXO DO RIACHAO	RIACHAO	2
PA PADRE CLEIDES	SANTA HELENA	1
PA DOM JOSE MARIA PIRES	SANTA RITA	1
PA AROEIRA	SANTA TERESINHA	20
PA NEGÓ FUBA	SANTA TERESINHA	4
PA MORADA NOVA	SÃO JOSE DA LAGOA TAPADA	27
PA SARAPO	SÃO JOSE DA LAGOA TAPADA	4
PA CACHOEIRA	SÃO JOSE DE ESPINHARAS	1
PA OSIEL ALVES	SÃO JOSE DE ESPINHARAS	3
PA TIRADENTES I	SÃO JOSE DE ESPINHARAS	1
PA MUNDO NOVO	SÃO MAMEDE	3
PA NOSSA SENHORA APARECIDA II	SÃO MAMEDE	7
PA SACO DO MONTE/BELMONTE	SÃO MAMEDE	3
PA SANTA HELENA	SAPE	23
PA VIDA NOVA	SAPE	10
PA SÃO LUIS	SOSSEGO	5
PA ZEQUINHA	SOUSA	5
PA JOSE MOREIRA DA SILVA	TAPEROA	18
TOTAL		519

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

ANÁLISE CRÍTICA

O cumprimento desta ação atende critérios e valores fixados através da IN/INCRA/Nº 30, de 24 de fevereiro de 2006, publicado no DOU em 06.03.2006.

A transferência do domínio em caráter definitivo, dos imóveis rurais originários de projetos de assentamento, para beneficiários da reforma agrária exige o cumprimento de algumas fases, quais sejam:

- ☐ verificação se a matrícula do imóvel já se encontra em nome da União, ou seja, se já ocorreu a transcrição da área em nome do INCRA e respectivo cadastramento do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR;
- ☐ planta e memorial descritivo do imóvel georreferenciado, com o parcelamento, se for o caso;
- ☐ registro da planta e respectivo memorial descritivo do PA criado e das parcelas no Cartório de Registro de Imóveis competente;
- ☐ averbação pelo INCRA da Reserva Legal – RL, quando comunitária;

- ☐ definição dos valores básicos a serem considerados para alienação do imóvel;
- ☐ verificação do cumprimento dos direitos e deveres dos futuros titulados (vistorias “in-loco”).

Entende-se como direito do assentado, a implantação de todas as ações de créditos instalação, infraestrutura básica e de serviços e a regularização ambiental, necessários para seu desenvolvimento sustentável. Entende-se como dever, o cumprimento, por parte do assentado, das obrigações constantes do Contrato de Concessão de Uso – CCU ou documento correspondente à época do assentamento.

É necessário destacar, ainda, que o título definitivo contém cláusulas resolutivas, só liberadas após 10 (dez) anos, desde que, dentre outros critérios, estejam quitadas as prestações anuais relativas a alienação do imóvel.

As atividades desta ação são basicamente de campo, seja para transferência de domínio definitivo, (vistorias “in loco”, parcela por parcela, discussão com a comunidade para destinação de bens comunitários, levantamento de documentação, etc) ou do domínio provisório, mediante celebração do Contrato de Concessão de Uso – CCU, documento básico dos compromissos assumidos entre o INCRA e as novas famílias a serem beneficiada, emissão e entrega das guias de recolhimento para pagamento dos títulos emitidos. No exercício de 2012, mesmo a ação de obtenção de imóveis tendo sido fortemente impactada, foram expedidos 519 CCu’s, superando a Meta prevista.

Quadro A.4.1.1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370

Identificação da Ação						
Código	8370					
Descrição	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
14.202,90	13.404,90	10.808,05	0,00	2.516,85	10.808,05	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	0,00	0,00	11.909,00	10.808,05

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Iniciativas: 01F1 - Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional.

ANÁLISE CRÍTICA

Esta ação foi prejudicada em função da atipicidade do exercício, frente greves, mudanças de gestão e redefinição de prioridades via Sede.

4.1.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar

Quadro A.4.1.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470

Identificação da Ação						
Código	4470					
Descrição	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados					
Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
12.566.590,46	12.566.121,99	9.795.370,91	0,00	2.770.751,08	9.795.370,91	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida	Família	15.585	17.802	16.083.773,00	9.795.370,91

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2012 - Agricultura Familiar

Objetivo: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Iniciativas: 01CB - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER e à implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais.

ANÁLISE CRÍTICA

O II Plano Nacional da Reforma Agrária, assim como o Estatuto da Terra-lei 4.504/64, preconiza uma reforma agrária que extrapola a simples aquisição de terras, tendo, dentre outras políticas, a assistência técnica como um caminho para o desenvolvimento das áreas de assentamento.

Os princípios e objetivos que orientam a política de assistência técnica encontram-se consubstanciados na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-**PNATER**, instituída pela Lei 12.188/2010 a qual prevê e estabelece, dentre outros princípios:

- desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- gratuidade, qualidade, e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- equidade nas relações de gênero, geração, raça, e etnia; e
- contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Mas os princípios da assistência técnica brasileira não surgiram com a citada Lei, pois em 2003, a PNATER, já os defendia, além de prever a “**garantir a oferta permanente e contínua de serviços de Ater**, que sejam presentes e atuantes em todas as regiões rurais brasileiras, de modo a atender a demanda de todos os agricultores familiares do país.”(PNATER,2003).

A PNATER é extensiva a todos os agricultores familiares, entretanto o Estado, por meio do INCRA, planeja uma política de assistência técnica específica para o público da reforma agrária, em que, recepcionando os princípios e diretrizes da PNATER, criou o programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental- ATES; igualmente prevendo “**garantir a oferta permanente e contínua de serviços de ATES**, que sejam presentes e atuantes em todas as regiões rurais brasileiras, **de modo a atender a demanda de todos os assentados do país**”(NE 71/08).Embora estas legislações internas tenham sido revogadas, foram nelas que nos sustentamos para defender a continuidade das ações, de modo que já estamos no terceiro ano ininterrupto de assistência técnica na maioria dos assentamentos do Estado na Paraíba.

Cabe ressaltar que a ação de assistência técnica está intimamente ligada a várias outras políticas sociais, programas e ações, inclusive potencializando-as, à exemplo do **PRONAF-A, Crédito Instalação, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Terra Sol, Licenciamento Ambiental, COOPERAR – Governo do Estado, Bolsa Família, PETI, Benefícios previdenciários**, assim como o estreitamente com outras parcerias.

Em 2012, a Superintendência Regional da Paraíba, prestou assistência técnica à 10.633 famílias, em 08 lotes distintos, Zona da Mata Sul (Lote 01), Zona da Mata Norte (Lote 02), Brejo (Brejo), Borborema (Lote 04), Médio Sertão (Lote 05), Alto Sertão (Lote 06), Curimataú (Lote 07) e Médio Sertão II (Lote 08), contratadas a partir dos resultados da Chamada Pública nº 01/2011. Há ainda, o trabalho de articuladores de ATES, resultante da Chamada Pública nº 02/2012, que dá suporte às ações de gestão, nos núcleos operacionais de ATES, dos contratos de assistência técnica em execução.

O principal problema encontrado para o efetivo trabalho das equipes de assistência técnica no exercício ocorreu em função da estiagem prolongada que impactou praticamente todo território estadual, reduzindo em muito a produção das famílias e gerando perdas significativas de produção e animais, causando instabilidade nas áreas de assentamento. As ações foram voltadas significativamente à elaboração de PRONAF – Estiagem de forma a mitigar os efeitos da seca.

4.1.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Quadro A.4.1.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1

Identificação da Ação						
Código	20T1					
Descrição	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas					
Iniciativa	047A					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
39.863,00	39.781,54	24.757,09	0,00	15.024,45	24.757,09	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Reconhecida	Ha	100	0	39.863,00	24.757,09

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Objetivo: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Iniciativas: 047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação .

ANÁLISE CRÍTICA

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se auto definem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

Para terem seus territórios regularizados, as comunidades quilombolas devem encaminhar uma declaração na qual se identificam como comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Auto-reconhecimento em nome da mesma. Devem ainda

encaminhar à Superintendência Regional do Incra uma solicitação formal de abertura dos procedimentos administrativos visando à regularização.

Como é feita a regularização do território?

A regularização do território tem início com um estudo da área, a elaboração de um Relatório Técnico que identifica e delimita o território da comunidade. A elaboração e publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID (composto por sete peças que abrangem informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, históricas, socioeconômicas e levantamento da cadeia dominial) é o que demanda maior complexidade, custo e tempo, quer na coleta de dados no campo, quer nas pesquisas (arquivos, bibliotecas e cartórios) e em sua redação. Em dezembro de 2012 foi publicado um (01) RTID: da comunidade de PARATIBE, localizada em João Pessoa, com área total é de 267,43 hectares e 114 famílias.

Era expectativa da Superintendência a publicação também do RTID da comunidade de Caiana dos Crioulos, localizada em Alagoa Grande/PB, aproximadamente de 800 hectares e número de famílias em torno de 140. Porém, conflitos internos à comunidade, concernentes aos limites do território a ser pleiteado, impossibilitaram a conclusão dos trabalhos.

Uma vez aprovado este relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. . Em 2012 foi publicada uma (01) Portaria de Reconhecimento: a da Comunidade de PEDRA D'ÁGUA, correspondendo a 132,4 hectares e atendendo a 100 famílias. Também foi elaborado mais dois conjuntos Portaria, referentes às comunidades quilombolas do Matão (Mogeirolândia/PB) com área de 214 hectares e 28 famílias e do Grilo (Riachão do Bacamarte/PB) com área de 138,9 hectares e 71 famílias, que foram enviados, em fevereiro de 2012, a Diretoria para os demais procedimentos concernentes à publicação.

Em maio/2012 a PFE/INCRA SEDE suspendeu os procedimentos e devolveu os referidos conjuntos Portaria a esta superintendência, apontando em um deles a falta de um documento e recomendando, para ambos, que fosse obtida as respostas dos ofícios dos órgãos *silentes* - dentre aqueles notificados pelo INCRA em acordo com o art. 12 da Instrução Normativa Nº. 57/2009. Sanadas as pendências e dúvidas, reenviamos os conjuntos Portaria para Brasília em outubro/2012, mas as Portarias não foram publicadas dentro do exercício de 2012.

Cabe aqui salientar que a exigência feita pela PFE/INCRA SEDE – que causou atrasos nos processos - relativa à manifestação escrita de todos os órgãos públicos notificados no momento da publicação do RTID, não está apoiada na legislação pertinente nem na Instrução Normativa 57.

A fase final do procedimento corresponde à regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas através de desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território, após cumpridas as fases de vistoria e avaliação do imóvel. No Ano de 2012 não houve nenhum processo de regularização quilombola em fase de vistoria e avaliação na Superintendência Regional do Incra na Paraíba.

Ao final do processo, é concedido título de propriedade coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada. Os títulos garantem a posse da terra, além do acesso a políticas públicas como educação, saúde e financiamentos por meio de créditos específicos. Em 2012, a SR foi imitido na posse do território da comunidade quilombola do Bonfim (Areia/PB) – área de 122 hectares e 22 famílias - em abril de 2011, mas os demais procedimentos para a titulação estão dependendo de pendências judiciais ainda não resolvidas.

Avanço da Regularização Quilombola na PB

No Estado da Paraíba encontram-se 35 comunidades auto-reconhecidas pela Fundação Palmares com 28 processos abertos. Dos 28 abertos, 04 foram em 2011, sendo 3 a pedido da Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba - CECNEQ, comunidades de Domingos Ferreira, Fonseca, Cruz da Menina e Lagoa Rasa e, a pedido de um representante da

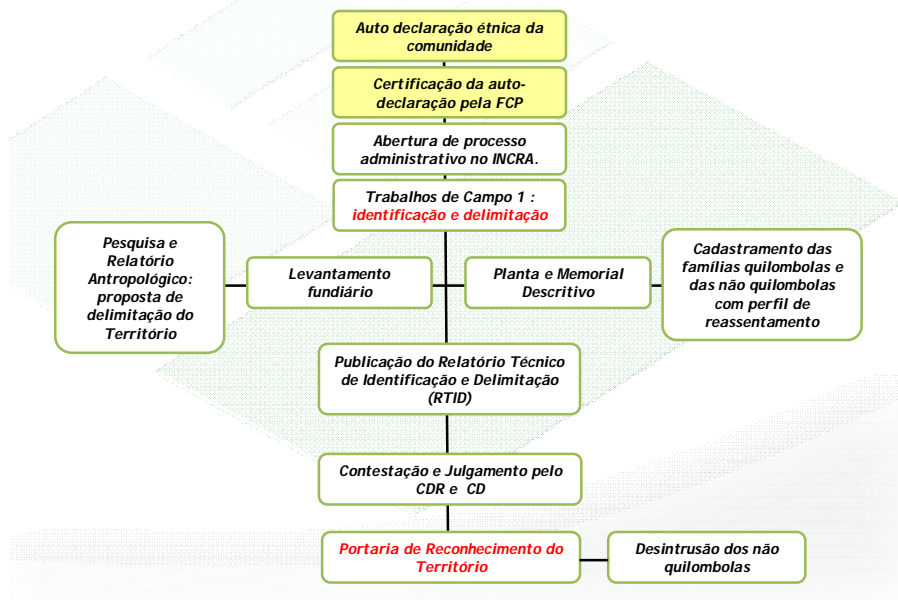
própria comunidade, a de Serra Feia.

Durante o exercício de 2012 teve início o trabalho de realização dos relatórios antropológicos das comunidades de Mundo Novo (Areia/PB) e Gurugi (Conde/PB), contratados via licitação realizada pelo INCRA SEDE, ainda em andamento. Em dezembro de 2011 a própria SR-18 realizou licitação para a contratação de outros 06 relatórios, das comunidades: Ipiranga (Conde/PB), Vaca Morta (Diamante/PB), Barra de Oitis (Diamante/PB), Pitombeira (Várzea/PB), Fonseca (Manaíra/PB) e Contendas (São Bento/PB). Duas empresas foram contratadas em janeiro de 2012 e os relatórios foram elaborados ao longo de ano.

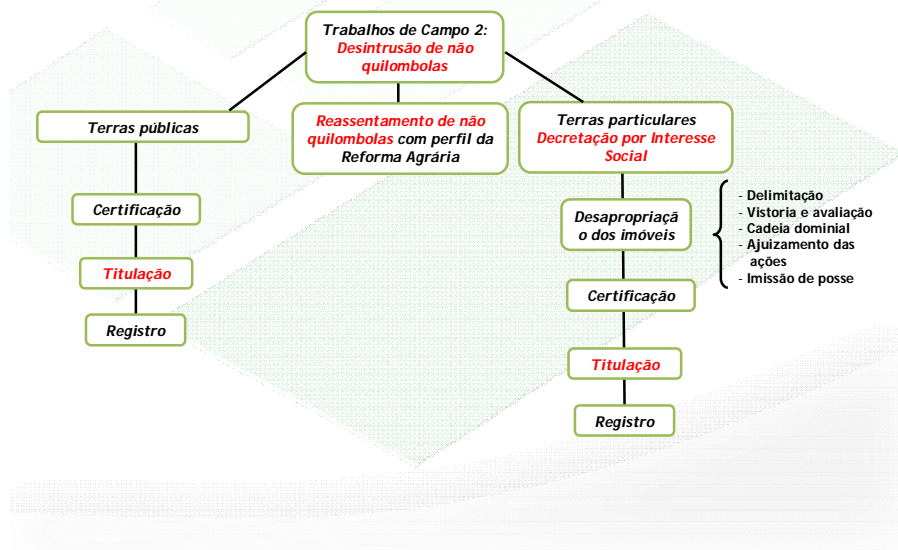
Algumas dificuldades enfrentadas na consecução dos trabalhos ao longo de 2012 se devem ao afastamento das atividades de duas servidoras do setor, em momentos distintos (uma delas em licença sem vencimento e a outra prestando serviço na SR-05) e à greve dos funcionários do INCRA entre junho e agosto. Considerando que o setor conta com apenas 03 servidoras, estas ausências comprometeram o ritmo dos trabalhos. Além disso, ocorreram dificuldades para agendar o acompanhamento de agrônomos e topógrafos às equipes em campo, uma vez que estes técnicos atendem também outras demandas da superintendência.

Em que pese os entraves, o setor acompanhou a realização dos oito (08) relatórios antropológicos acima mencionados, supervisionando os serviços de levantamento dominial, levantamento do perímetro, cadastramento de famílias, notificação de proprietários dos imóveis identificados dentro dos perímetros, reuniões de esclarecimento e acompanhamento em todas as comunidades incluídas nos contratos e avaliação e pagamento de relatórios parciais e finais entregues pelas equipes contratadas.

Fluxograma da Regularização de Territórios Quilombolas



Fluxograma da Regularização de Territórios Quilombolas



Quadro A.4.1.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8402

Identificação da Ação						
Código	8402					
Descrição	Documentação da Trabalhadora Rural					
Iniciativa	046A					
Unidade Responsável	MDA					
Unidade Orçamentária						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
39.863,00	39.781,54	24.757,09	0,00	15.024,45	24.757,09	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Reconhecida	Ha	100	0	39.863,00	24.757,09

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Programa Temático 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Objetivo: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.

Iniciativas : 046G - Integração dos Programas de Documentação da Trabalhadora Rural e Organização Produtiva de Mulheres Rurais, com orientação sobre formalização e políticas de comercialização, por meio de ações educativas e emissão de documentação nos mutirões

TOTAL DOCUMENTAÇÃO			OUTROS ATENDIMENTOS			TOTAL DE ATENDIMENTOS		
FEM	MASC	TOTAL	FEM	MASC	TOTAL	FEM	MASC	TOTAL
1352	1227	1892	907	642	1549	2259	1182	3441
4871	3605	8476	2092	1265	3357	6963	4870	11833
2602	2434	5036	992	616	1608	3594	3050	6644
794	656	1450	545	263	808	1339	919	2258
3618	3564	7182	1796	1118	2620	4699	4064	9802
588	379	967	128	64	192	716	443	1159
1917	1591	3508	314	187	501	2231	1778	4009
15742	13456	28511	6774	4155	10635	21801	16306	39146

RG		CPF		RN / CASAMENTO		INSS		DAP		CTPS	
FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC
0	0	608	577	158	124	31	13	0	0	555	513
1436	828	1286	1248	541	335	189	110	0	3	1419	1084
1045	671	569	985	186	150	47	22	16	36	739	591
324	210	203	223	29	22	29	5	0	0	209	196
919	918	1224	1408	413	266	34	28	4	0	1024	944
270	142	146	133	0	0	2	0	0	0	170	104
839	652	581	537	13	12	15	3	0	0	469	387
4833	3421	4617	5111	1340	909	347	181	20	39	4585	3819

Setor / elemento de despesa	Recebido	Empenhado	Liquidado	Inscrito Rap
DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL				
DIARIAS NO PAIS	287.897,00	287.897,00	275.765,94	12.131,06
MATERIAL DE CONSUMO	92.216,00	92.216,00	46.108,66	46.107,34
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			35.515,86	8.907,34
MATERIAL DE EXPEDIENTE			42,00	0,00
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS			3.900,00	0,00
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM			27,60	0,00
MATERIAL DER LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO			1.983,20	0,00
MATERIAL PARA AUDIO, VIDEO E FOTO			0,00	7.200,00
MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS			4.000,00	30.000,00
MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO			640,00	0,00
DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	43.220,00	43.220,00	40.956,00	2.264,00
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	0,00		40.956,00	2.264,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	35.759,00	35.759,00	34.426,50	1.332,50
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	68.631,92	68.631,92	46.639,50	21.992,42
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	0,00	0,00	27.639,50	12.992,42
MANUTENÇÃO E CONSERV. DE B.MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS			2.800,00	0,00
SERVIÇO DE CONSER.-REBENEFIC. DE MERCADORIA			10.483,92	0,00
CONFECCÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLAMULAS			0,00	9.000,00
OUTROS SERV.DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO			500,00	0,00
DESPESAS COM TELEPROCESSAMENTO			5.216,08	0,00
Total	527.723,92	527.723,92	443.896,60	83.827,32

Iniciada em 2004, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as atividades possibilitam a concessão de documentação civil e trabalhista para as mulheres do meio rural, como: assentadas da reforma agrária, quilombolas, agricultoras familiares, pescadoras, quebradoras de coco, marisqueiras, indígenas e outras. Os documentos principais emitidos são Carteira de Identidade (RG), CPF, Registro de Nascimento/Casamento e Carteira de Trabalho, documentos básicos que possibilitam o exercício da cidadania e melhoram o acesso às Políticas Públicas, porém existem outras demandas que são atendidas, de acordo com a disponibilidade de Infra-estrutura das parcerias nos mutirões.

Principais resultados:

Em 2012 a Superintendência Regional desenvolveu a ação através de mutirões, com parcerias (sem transferência de recursos) entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, ONG's, movimentos sociais, Anoreg/Aspen, BNB, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, INSS, MMTR, CUNHÃ, FETAG, Defensoria Pública, SRTE, e o Instituto de Polícia Científica – IPC, alcançando a emissão 28.511 documentos básicos, de um total geral de 39.146 atendimentos.

4.1.4 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1.4.1– Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.645.131,41	1.636.941,25	1.401.906,80	0,00	235.034,45	1.401.906,80	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
0	0		-	-	1.701.490,00	1.401.906,80

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

Antes de discorrermos sobre as atividades desenvolvidas pela Ação, é necessário deixar evidente que esta possui uma grande particularidade que é o fato de ser uma Ação padronizada, isto é, ela é igual ou realizada pelos diversos órgãos e unidades orçamentárias da Administração pública federal. Como consequência imediata desta particularidade, podemos afirmar que o seu desenvolvimento ou sua realização deve, no mínimo, ser semelhante em todas as unidades orçamentárias que a executam, diferentemente das ações finalísticas.

Soma-se a esta particularidade, o fato dela não conter meta física. A Ação Administração da Unidade é composta de várias despesas que somadas compõem o montante de custos administrativos, cuja aplicação é vital para a manutenção das atividades da Superintendência Regional.

Percebe-se ao observar o quadro abaixo, que apenas 35 colaboradores, entre servidores e estagiários são responsáveis por executar todas as atividades do setor de administração e finanças, número este que é insuficiente para fazer frente a toda sorte de atividades afetas à Divisão.

QUANTIDADE DE SERVIDORES				
UNIDADE DE LOTAÇÃO	Nível Intermediário	Nível Superior	Estagiários	TOTAL
GABINETE	17	7	2	26
DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO	21	7	7	35
DIVISÃO OBTENÇÃO	6	15	2	23
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO	14	25	5	44
DIVISÃO DE ORDENAMENTO	6	9	5	20
PROCURADORIA JURIDICA	1	3	2	6
TOTAL	65	66	23	154

Fonte: Setor de RH

Quadro A.4.1.4.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
23.786,04	21.885,89	11.146,07	0,00	10.739,82	11.146,07	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1		servidor	19	4	6.388,00	11.146,07

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Em 2012 a ação foi bastante prejudicada, conforme verificado na execução da meta física, em função de diversos fatores, como, limitações orçamentárias/financeira, greve dos servidores, ocupações da superintendência regional pelos movimentos sociais e ausência de diretrizes objetivas em nível central no sentido de não ocorrer descontinuidade na qualificação e requalificação dos servidores.

Quadro A.4.1.4.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103

Identificação da Ação						
Código		2103				
Descrição		Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário				
Unidade Responsável		INCRA				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
328.214,52		324.722,71	274.689,18	0,00	50.033,53	274.689,18
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			-	-	0 ,00	274.689,18

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Os recursos desta ação atenderam despesas de suporte operacional, que não puderam ser apropriadas em ações finalísticas, e foram descentralizados na medida da necessidade de cada setor ou Divisão, conforme quadro de detalhamento. Referidas despesas foram basicamente para custos de deslocamentos e contrato de tecnologia da informação.

Tabela de Detalhamento da meta financeira

Setor / elemento de despesa	Recebido	Empenhado	Liquidado	Rap
SUPORTE OPERACIONAL-DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO				
Diárias no país	4.053,69	4.053,69	3.994,87	58,82
Despesa com deslocamento	3.877,69	3.877,69	3.877,69	0,00
Passagem para o país		0,00	3.877,69	0,00
Sub-total	7.931,38	7.931,38	7.872,56	58,82
SUPORTE OPERACIONAL-DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO				
Diárias no país	15.506,00	15.506,00	11.407,89	4.098,11
Material de consumo	4.405,13	4.405,13	0,00	4.405,13
Combustível e lubrificante			0,00	4.405,13
Despesa com deslocamento	2.500,00	2.500,00	2.500,00	0,00
Passagem para o país		0,00	2.500,00	0,00
SUB-TOTAL	22.411,13	22.411,13	13.907,89	8.503,24
AÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO				
Contratos e serviços	240.000,00	240.000,00	219.975,92	20.024,08
Serviço de Informática			219.975,92	20.024,08
Serviço de terceiro-Pessoa Juridica	20.000,00	17.498,15	0,00	17.498,15
Serviço de conservação-rebeneficiamento de mercadoria				17.498,15
Sub-total	260.000,00	257.498,15	219.975,92	37.522,23
SUPORTE OPERACIONAL-INFORMÁTICA / PLANEJAMENTO				
Diárias no país	11.074,00	10.084,04	10.084,04	0,00
Despesa com deslocamento	12.130,00	12.130,00	12.130,00	0,00
Passagem para o país			12.130,00	0,00
SUB-TOTAL	23.204,00	22.214,04	22.214,04	0,00
SUPORTE OPERACIONAL-GABINETE				
Diárias no país	1.231,46	1.231,46	1.231,46	0,00
Despesa com deslocamento	2.600,00	2.600,00	2.578,86	21,14
Passagem para o país			2.578,86	21,14
SUB-TOTAL	3.831,46	3.831,46	3.810,32	21,14
SUPORTE OPERACIONAL-PROCURADORIA				
Diárias no país	1.032,65	1.032,65	912,93	119,72
Despesa com deslocamento	1.500,00	1.500,00	142,25	1.357,75
Passagem para o país			142,25	1.257,75
Locação de meio de transporte			0,00	100,00
SUB-TOTAL	2.532,65	2.532,65	1.055,18	1.477,47
SUPORTE OPERACIONAL-DIVISÃO DE OBTENÇÃO				
Diárias no país	6.103,90	6.103,90	3.653,27	2.450,63
MATERIAL DE CONSUMO	600,00	600,00	600,00	0,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			0,00	0,00
MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS			600,00	0,00
Despesa com deslocamento	1.600,00	1.600,00	1.600,00	0,00
Passagem para o país		0,00	1.200,00	0,00
Locação de meio de transporte		0,00	400,00	0,00
SUB-TOTAL	8.303,90	8.303,90	5.853,27	2.450,63
TOTAL	328.214,52	324.722,71	274.689,18	50.033,53

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ⁴

4.2.2 Programação de Despesas⁵

⁴ Não se aplica a natureza jurídica da UJ

⁵ Não se aplica a natureza jurídica da UJ

4.2.3 Programação de Despesas

Quadro A.4.2.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG	Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	373047	0927200890181	12.652,46	-	-
			2112121202103	-	-	328.214,52
			2112221202000	-	-	1.632.049,75
			2112520662105	-	-	45.000,00
			21127203420T1	-	-	39.863,00
			2112821204572	-	-	23.786,04
			2136320668370	-	-	14.202,90
			2160620124470	-	-	12.566.590,46
			21631206620S7	-	-	290.287,00
			2163120662B06	-	-	2.000,00
			2163120664358	-	-	39.000,00
			2163120668374	-	-	152.500,00
			2163120668384	-	-	69.751,00
			2163120668387	-	-	186.077,00
			2163120668396	-	-	126.134,00
			2163120668398	-	-	119.718,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG	Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebidos	373047	2112221202000	13.081,66	-	-
			2163120660427	-	20.910.780,00	-
			2163120664460	-	1.532,59	-
			2163120668396	2.128.038,51	-	-
			2169120664320	383.508,41	-	-

Fonte: Siafi

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários⁶

⁶ Não se aplica a natureza jurídica da UJ

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.2.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	10.375.682,44	7.846.826,73	10.375.682,44	7.822.479,23
a) Convite				
b) Tomada de Preços		68.999,43		68.999,43
c) Concorrência		1.408.492,51		1.408.237,07
d) Pregão	1.773.425,47	1.718.455,89	1.773.425,47	1.694.363,83
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Não se aplica	8.602.261,97	4.650.878,90	8.602.261,97	4.650.878,90
2. Contratações Diretas (g+h)	9.252.530,78	1.907.769,70	9.252.530,78	1.906.983,70
g) Dispensa	9.182.688,33	1.830.955,24	9.182.688,33	1.830.169,24
h) Inexigibilidade	69.842,45	76.814,46	69.842,45	76.814,46
3. Regime de Execução Especial	12.230,03	16.676,63	12.230,03	16.676,63
i) Suprimento de Fundos	12.230,03	16.676,63	12.230,03	16.676,63
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	1.218.358,29	953.734,45	1.218.358,29	953.734,45
j) Pagamento em Folha	166.400,28	8.098,16	166.400,28	8.098,16
k) Diárias	1.051.958,01	945.636,29	1.051.958,01	945.636,29
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	20.846.571,51	10.725.007,51	20.846.571,51	10.683.197,38
Fonte: Siafi				

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.2.3– Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos movimentação

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>	
	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>
1. Despesas de Pessoal	12.652,46	8.098,16	12.652,46	8.098,16	0,00	0,00	12.652,46	8.098,16
339008- Outros Benefícios Assistenciais	12.652,46	8.098,16	12.652,46	8.098,16	0,00	0,00	12.652,46	8.098,16
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	16.007.222,18	10.201.472,92	12.760.125,95	6.567.818,36	3.247.096,23	3.633.654,56	12.760.125,95	6.542.684,86
339039- Outros Serviços de Terceiros	12.358.150,70	6.354.588,35	9.561.915,72	3.699.417,42	2.796.234,98	2.655.170,93	9.561.915,72	3.698.375,98
339037- Locação de Mão-de-Obra	1.095.173,51	1.060.490,14	999.201,24	865.417,78	95.972,27	195.072,36	999.201,24	851.669,16
33.90.14 – Diárias - Civil	1.085.259,79	945.636,29	1.051.958,01	945.636,29	33.301,78	0,00	1.051.958,01	945.636,29
Demais elementos do grupo	1.468.638,18	1.840.758,14	1.147.050,98	1.057.346,87	321.587,20	783.411,27	1.147.050,98	1.047.003,43

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos	2.521.802,54	6.672.302,95	8.906,00	122.112,78	2.512.896,54	6.550.190,17	8.906,00	122.112,78
449051 – Obras e Instalações	2.509.476,64	6.396.933,81	0,00	68.999,43	2.509.476,64	6.327.934,38	0,00	68.999,43
449052 – Equipamentos e Material Permanente	12.325,900	275.369,14	8.906,00	53.113,35	3.149,90	222.255,79	8.906,00	53.113,35
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras	16.053,708,00	21.024.224,61	6.871.416,30	3.081.341,92	9.182.291,70	17.942.882,69	6.871.416,30	3.081.341,92
449066 – Concessão de Empréstimo	16.052.400,00	18.234.500,00	6.870.200,00	2.055.100,00	9.182.200,00	16.179.400,00	6.870.200,00	2.055.100,00
449061 – Aquisição de imóveis	1.308,00	2.789.724,61	1.216,30	1.026.241,92	91,70	1.763.482,69	1.216,30	1.026.241,92
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:Siafi

4.2.4.2.3 Análise Crítica

Do montante aplicado em despesas correntes destacaram-se R\$ 12.358.150,70 (doze milhões trezentos e cinquenta e oito mil cento e cento e cinquenta reais e setenta centavos) referente a Serviços Prestados por Pessoa Jurídica, R\$ 1.095.173,51 (um milhão noventa e cinco mil cento e setenta e três reais e cinquenta e um centavos), relativo à Locação de mão-de-obra e R\$ 1.085.259,79 (hum milhão oitenta e cinco mil duzentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos) referente a Diárias.

Em relação às despesas de capital, destaca-se a inversão de financeira concessão de crédito e aquisição de imóveis, cujos valores pagos foram R\$ 6.870.200,00 (seis milhões oitocentos e setenta mil e duzentos reais).

É importante salientar que apesar das demandas estarem sendo atendidas do ponto de vista orçamentário, o aporte financeiro não tem chegado suficientemente

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.3 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
373047		SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA DA PARAÍBA – SR(18)PB			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
Razões e Justificativas: Verificou-se que não existem dados para as consultas realizadas no SIAfi nas contas: 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00					
Fonte: SIAfi					

5.1.4 Análise Crítica

Verificou-se que não existe registro de nenhum dado para as consultas realizadas no SIAFI nas contas: 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

RAP PROCESSADOS				
Ano de inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	25.133,50	0,00	25.133,50	0,00
2010	33.569,28	30.000,00	19,61	3.549,67
2009	140.066,30	0,00	38.307,36	101.758,94
2008	98.591,00	164,35	98.426,65	0,00
2007	363.047,41	2.747,41	360.300,00	0,00
2006	3.074,80	3.074,80	0,00	0,00

RAP NÃO PROCESSADOS				
Ano de inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	28.126.727,42	161.583,89	16.074.776,02	11.890.367,51
2010	17.097.348,83	3.920.580,91	13.176.767,92	0,00
2009	8.661.597,99	2.839.016,47	5.813.458,81	9.122,71
2008	11.415.371,50	473.751,91	10.941.619,59	0,00
2007	6.504.697,22	524.016,60	5.980.680,62	0,00
2006	9.996.700,58	1.699.302,17	8.297.398,41	0,00

Fonte: Siafi

5.2.2 Análise Crítica

Sobre os restos a pagar no âmbito da Superintendência Regional do INCRA, tem-se priorizado o cancelamento de empenhos não processados de forma a não impactar o limite orçamentário da Unidade, bem como o do INCRA Sede. Como o maior volume de recursos inscritos em restos a pagar referem-se a créditos instalação, em não havendo disponibilidade de financeiro para liquidação, procede-se o cancelamento, os RAPs mantidos são originados da manutenção de contratos.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.3 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DA PARAÍBA – SR (18)									
CNPJ: 00.375.972/0001-60				UG/GESTÃO: 373047/37201					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício			
							Início	Fim	
1	CRT/PB/38/2008	Instituto de Terras e Planej. Agrícola do Estado da Paraíba-INTERPA	2.925.176,00	300.000,00		800.000,00	30/06/2008	31/07/2012	
<div><div>LEGENDA</div><div>Modalidade:</div><div><div>1 - Convênio</div><div>2 - Contrato de Repasse</div><div>3 - Termo de Cooperação</div><div>4 - Termo de Compromisso</div></div></div> <div><div>Situação da Transferência:</div><div><div>1 - Adimplente</div><div>2 - Inadimplente</div><div>3 - Inadimplência Suspensa</div><div>4 - Concluído</div><div>5 - Excluído</div><div>6 - Rescindido</div><div>7 - Arquivado</div></div></div>									
Fonte:Siafi									

5.3.4 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DA PARAÍBA – SR (18)					
CNPJ:	00.375.972/0001-60					
UG/GESTÃO:	373047/37201					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	-	-	-	-	-	59.777,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-	59.777,00

Fonte: Núcleo de convênio

5.3.5 Quantidade de Instrumentos de Transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.

Não há nenhum instrumento de transferência que vigerá em 2013 e exercícios seguintes.

5.3.6 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.5 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DA PARAÍBA – SR (18)					
CNPJ: 00.375.972/0001-60		UG/GESTÃO: 373047/37201			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	1.171.388,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de convênio

5.3.7 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.6 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas		
			Contas Não Analisadas		
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2011	Quantidade de contas prestadas			2	
	Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	1	
			Quantidade Reprovada	1	
			Quantidade de TCE	1	
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade		
			Montante repassado (R\$)		
2010	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade		
			Montante Repassado		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas		Quantidade		
			Montante Repassado		

Fonte: Núcleo de Convênio

5.3.8 Análise Crítica

Conforme já comentado em outros exercícios, esta unidade gestora tem evitado a execução de ações através de instrumentos que envolvam transferência de recursos.

Conforme chamamento da Análise Crítica sobre “*análise da evolução das análises das prestações de contas, referente às transferências expiradas até 2012, quanto a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto*”, destacamos o convênio expirado em julho de 2012:

UNID. CONCEDENTE: Superintendência Reg. do INCRA no Estado da Paraíba-SR-18/PB

CNPJ: 00.375.972/0001-60

UG/GESTÃO: 373047/37201

Nº DO INSTRUMENTO: CRT/PB/38/2008 – SIAFI: 626813

BENEFICIÁRIO: Instituto de Terras e Planej. Agrícola do Estado da Paraíba-INTERPA

VALORES PACTUADOS: Global – R\$ 2.925.176,00; Contrapartida-R\$ 300.000,00

VALORES REPASSADOS: Primeira parcela – R\$ 800.000,00

VIGÊNCIA: Início – 30/06/2008; Término – **31/07/2012**

No final do exercício de 2011 havia perspectiva da continuidade e conclusão do objeto pactuado no citado instrumento, ações de georreferenciamento e regularização de imóveis rurais, o que não ocorreu.

Desde a apresentação da prestação de contas da única parcela liberada em 2008, várias análises foram realizadas, inclusive pela Contabilidade Geral em Brasília, bem como inúmeras notificações ao INTERPA para devolução de valores relativos ao saldo de convênio, após a execução da primeira etapa, bem como valores impugnados na prestação de contas, porém, a conveniente apresentou vários questionamentos, que após análises, permaneceram com o mesmo entendimento com relação aos valores devidos. A administração desta Regional, seguindo orientação da Contabilidade de Brasília, notificou novamente o INTERPA para atendimento do sugerido, por meio do Ofício/INCRA/SR-18/G/Nº 99/2013, datado de 06 de fevereiro de 2013.

REFERENTE: 54320.000322/2008-21

ASSUNTO: CADASTRO E GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS

INTERESSADO: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAÍBA

g) Encaminhar, excepcionalmente, as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas previamente, por escrito, acompanhadas de justificativas e desde que não impliquem mudanças no objeto".

- Cláusula Décima Primeira

"O Instituto de Terras e Planejamento Agrícola – INTERPA restituirá ao INCRA na data da conclusão do presente Convênio, o eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos da aplicação no mercado financeiro".

- Cláusula Décima segunda

"PARÁGRAFO SEGUNDO

Excepcionalmente, as entidades conveniadas poderão propor a reformulação do Plano de Trabalho, desde que a mesma trate apenas de alteração da programação de execução do convênio, que será avaliada pelo Gestor do convênio e submetida à apreciação e, se de acordo, aprovado pelo Superintendente Regional do INCRA no Estado da Paraíba (SR-18/PB)".

Às fls. 294, junta-se ao processo cópia de Ordem de Serviço/INCRA/SR/18/G/038/2008 (13/06/2008), na qual designa servidores, considerando a necessidade de ordenar e dar celeridade às atividades do Serviço de Regularização Fundiária.

Às fls. 346 e 347, junta-se ao processo termo aditivo ao convênio 038/2008, no qual estabelece a prorrogação do prazo de execução da Meta (1.13) – Área Georreferenciada, constantes do Plano de Trabalho Original e prevista para o exercício de 2008, de 31/12/2008 para 31/03/2009.

Às fls. 4313 a 4317, junta-se ao processo Informação (13/02/2012), emitido pelo o Coordenador Setor de Convênios, no qual informa:

"II. O Núcleo de Convênios ao analisar a prestação de contas dos recursos repassados para execução da primeira etapa do presente convênio, pontuou algumas questões sobre a aplicação do saldo remanescente do exercício/2008, com aplicação sequencialmente no exercício seguinte".

(...)

Nesse caso específico, o INCRA repassou os recursos previstos para a primeira etapa, exercício/2008, conforme o cronograma de execução, contido no Plano de Trabalho, devidamente aprovado pelo Ordenador de Despesas, onde a sua execução se estendeu até 31/03/2009, devidamente autorizado. No entanto, o saldo remanescente dessa primeira etapa foi utilizado pelo INTERPA na sua totalidade, sem que houvesse autorização do ordenador de despesas do concedente e sem que houvesse o repasse dos recursos previstos para exercício/2009, que não ocorreu, em razão da falta de acertos na readequação do Plano de Trabalho para aquele exercício (2009), por parte do INTERPA.

Devemos ressaltar que os recursos referentes ao saldo remanescente da primeira etapa, e utilizados pelo INTERPA no exercício seguinte, não deixaram de ser do orçamento e financeiro do exercício/2008, fato em que s.m.j., deveria ter sido devolvido ao órgão

5.4 - Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.7 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
UG	373047			12.228,48	12.228,48
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	-	12.228,48	12.228,48

Fonte: Siafi

5.4.1.2 - Suprimento de Fundos – Conta Tipo B

Não há ocorrência no âmbito da UJ

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.5.8 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	373047	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
JAILSON DA SILVA DO NASCIMENTO	45892814491	3.600,00	-	2.774,24	2.774,24
JOSE ANTONIO QUEIROZ DOS SANTOS	05123337857	8.000,00	-	4.382,46	4.382,46
IVALDO LEITE DA SILVA	21841969400	3.000,00	-	2.395,88	2.395,88
MARIA INES BARBOSA GUEDES	18316409291	6.000,00	-	2.675,90	2.675,90
Total Utilizado pela UG				12.228,48	12.228,48

Fonte: Siafi

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	-	-	7	12.228,48	12..228,48
2011	-	-	-	-	6	17.676,63	17.676,63
2010	-	-	-	-	13	22.827,41	22.827,41

Fonte: Siafi

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

Quadro A.5.10 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo “B”						CPGF					
Situação	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	7	12.228,48	6	17.676,63	13	22.827,41

5.4.1.6 Análise Crítica

Visando constituir um mecanismo para evitar despesas excessivas com o cartão corporativo, assim como minimizar o seu uso de forma que proporcione eficiência as atividades desenvolvidas pelo setor administrativo, buscou junto ao setor contábil criar soluções e mecanismos a partir dos setores que utilizavam-se deste expediente, cujos valores são citados no relatório de gestão item quadro A.5.8 e A.5.10, buscou e conseguiu junto aos setores desta superintendência, diminuição para o exercício 2012 diminuindo ou que pelo menos procurando não utilizar com uma frequência cotidiana, fazendo com que as mesmas se torna-se uma emergência/urgência de fato.

Os valores foram diminuídos com um planejamento mais adequado e com um pouco mais de tempo para se programar e ver que era viável atingir essa meta, gerando assim um controle maior das despesas e fazendo com que todos tivessem a real situação das despesas.

A contabilidade orientou e expôs tudo que era necessário para que fosse efetuadas apenas despesas que estivessem dentro da legislação em vigor, deixando a administração livre para outras despesas necessárias. Acatamos as orientações e foram reduzidas as despesas de 2010 para 2012, em aproximadamente 100%. Os valores utilizados foram os que se tornaram necessários para o bom andamento da SR/18. As despesas efetuadas foram por falta de material que não se tornava cotidiano a sua utilização ou situação que não estava prevista em contrato ou por qualquer outra ação alheia ao Incra, como ocupação da sede por movimentos sociais.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ⁷

5.6 Gestão de Precatórios⁸

⁷O conteúdo deste Item não se aplica à Unidade Jurisdicionada

⁸Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo a DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		127	4	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		127	4	10
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		120	4	9
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		6	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1	0	1
2. Servidores CLT (Anistiados)		0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		7	3	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		134	7	10

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (DAS)	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação (no País)	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
6.1. Membros de Processos de Sindicância Administrativas e/ou disciplinares deslocados para outras unidades da federação	6
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	8

Fonte: Extração SIAPE fev/13.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	14	14	4	2
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	14	14	4	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		5	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		0	0	1
1.2.4. Sem vínculo		7	4	0
1.2.5. Aposentados		0		0
2. Funções gratificadas	2	2	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		2	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	16	16	4	2

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	4	14	24	56	28
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	14	24	56	28
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	1	1	5	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	5	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	5	15	29	56	28

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	7	0	53	66	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	7	0	53	66	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	4	3	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	4	3	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	7	0	57	69	0	0	0
<u>LEGENDA</u> <u>Nível de Escolaridade</u> 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEIS			
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO										
2010	R\$ 8.060.050,44		R\$ 686.602,82	R\$ 227.850,96	R\$ 1.600.509,00	R\$ 902.828,44	R\$ 4.583,20	R\$ 16.116,54	R\$ 85.645,28	R\$ 11.584.186,68
2011	R\$ 7.996.076,99		R\$ 680.452,15	R\$ 213.127,80	R\$ 1.204.975,71	R\$ 1.090.446,76	R\$ 20,64	R\$ 0,00	R\$ 69.584,28	R\$ 11.254.684,33
2012	R\$ 8.722.958,70	R\$ 414.887,11	R\$ 707.880,35	R\$ 227.067,17	R\$ 1.505.111,83	R\$ 1.088.034,84	R\$ 3.784,62	R\$ 34.808,22	R\$ 67.296,48	R\$ 12.771.829,32
SERVIDORES CLT (ANISTIADOS)2										
2010										R\$ 0,00
2011										R\$ 0,00
2012										R\$ 0,00
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR										
2010		R\$ 346.571,58			R\$ 123.693,61					R\$ 470.265,19
2011		R\$ 326.671,88			R\$ 119.436,51					R\$ 446.108,39
2012		R\$ 173.577,07			R\$ 63.769,95					R\$ 237.347,02
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS										
2010		R\$ 10.525,25			R\$ 20.113,32					R\$ 30.638,57
2011		R\$ 10.104,24			R\$ 1.842,94					R\$ 11.947,18
2012		R\$ 10.104,24								R\$ 10.104,24

nte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2010	R\$ 202.622,65
2011	R\$ 175.082,50
2012	R\$ 144.742,58

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	57	6
1.1 Voluntária	47	6
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	10	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	28	0
2.1 Voluntária	26	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	2	0
3. Totais (1+2)	85	6

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	28	0
1.1. Integral	22	0
1.2. Proporcional	6	0
2. Em Atividade	13	3
3. Total (1+2)	41	3

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No que diz respeito a esta questão temos a esclarecer que o INCRA não dispõe de método para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos, prevista na Constituição Federal. Assim sendo, passamos a oferecer as seguintes respostas:

a) Não há controles internos criados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. Ressaltamos que este Órgão tem recebido candidatos egressos de concurso público e no ato da posse é exigida a informação, a termo, quanto a acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

b) Não há;

c) Não há;

d) Quanto a existência e o quantitativo de servidores que acumulam cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no âmbito do INCRA, podemos afirmar que este Órgão não dispõe destes dados. Porém, frisamos que quando os órgãos de controle (CGU e TCU) ou a SEGEP/MP, efetuam cruzamento de dados e constata a acumulação indevida de servidor desta Autarquia as providências visando sanar a irregularidade é imediatamente adotada, nos termos do art. 133 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

No final do exercício de 2011 foram feitas (2) duas notificações pelo TCU de possíveis acumulações de cargos feitos pelos servidores Dalva Maiza Medeiros Costa e Jaimaci Andrade Martins. Em 2012, foi formalizado o processo administrativo nº 54320.000123/2012-07, visando confirmar juntos aos servidores essas possíveis acumulações. Em 25/05/2012, O servidor Jaimaci Andrade Martins, apresentou seu pedido de exoneração do cargo ocupado na Empresa Radio Tabajara S/A e a servidora Dalva Maiza Medeiros Costa, em 15/06/2012, apresentou documentos com esclarecimentos de que sua carga horário não ultrapassa carga horária máxima de 60(sessenta) horas semanais, vez que cumpre 25 (vinte e cinco) horas semanais no vínculo com a Prefeitura Municipal de João Pessoa e 30(trinta) horas semanais com vínculo com o INCRA/PB, portanto configurando acumulação legal permitida nos termos do art.37, inciso XVI, alínea "b" da CF/88.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria	6	4	6	4
Concessão de pensão civil	4	2	4	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	10	6	10	6
Totais	10	6	10	6

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento				
Cancelamento de concessão	0	-	0	-
Cancelamento de desligamento				
Totais	0	0	0	0

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão				
Concessão de aposentadoria	6	0	0	-
Concessão de pensão civil	4	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0		0	-
Total	10	0	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão	0			
Cancelamento de desligamento				
Total	0			

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias				
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais	0	0	0	0

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	0	0	0	0

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Inexiste indicadores gerenciais sobre recursos humanos nesta Superintendência.

6.2 -Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários⁹

6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

.

⁹Não se aplica no âmbito da UJ

6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.14 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão: 373047/37201					CNPJ: 00.375.972/0022-95								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	01/2010	10.746.436/0001-88	04/01/2011	03/01/2013	10	10					A
2012	V	O	27/2009	02.322.136/0001-43	31/08/2011	30/08/2012			9	9			A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

6.2.5 - Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.15 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA PARAÍBA													
UG/Gestão: 373047/ 37201							CNPJ: 00.375.972/0022-95						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	CRT/27/2008	10.746.436/0001-88	09/05/2008	10/05/2013			15	15			A
2011	5	O	CRT/063/2011	06.347.226/0001-40	02/01/2012	01/01/2014			1	1	3	3	A
2009	2	O	CRT/019/2009	10.548.761/0001-36	17/06/2009	16/06/2013	1	1	1	1			A
2012	9	O	CRT/024/2012	10.746.436/0001-88	14/06/2012	13/06/2013			3	3			A
2011	6	O	CRT/38/2011	10.548.761/0001-36	17/07/2011	16/07/2013	4	4					A
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Área:							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
1. Segurança;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
2. Transportes;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
12. Outras													

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.16 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	4	4	4	4	R\$ 52.847,15
1.1 Área Fim	3	3	3	3	R\$ 39.635,36
1.2 Área Meio	1	1	1	1	R\$ 13.211,79
2. Nível Médio	3	3	3	3	R\$ 28.456,16
2.1 Área Fim	3	3	3	3	R\$ 28.456,16
2.2 Área Meio	0	0	0	0	R\$ 0,00
3. Total (1+2)	7	7	7	7	R\$ 81.303,31

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiro

Legislação: Seguimos o Decreto 6.403 de 17 de março de 2008, e a Instrução Normativa MP nº 03 de 15 de maio de 2008.

Esta SR-18/PB possui 45 (quarenta e cinco) veículos oficiais, onde 16 (dezesesseis) 40% ainda tem condições de dirigir, para tanto, levando em consideração que os serviços desempenhados por esta Autarquia Federal é 90% de atividades de campo, muitos destes veículos são inviáveis para o desempenho das atividades regimentais devido a má estrutura física de estradas de acesso as zonas rurais. Desses 16 veículos alguns estão sendo colocados como inservíveis por serem antieconômicos, pois sua manutenção é onerosa, seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado e desgaste prematuro em confronto com a realidade encontrada no Estado por onde estas viaturas se deslocam.

Média anual de quilômetros rodados: 332.619 Km/a

Média Anual com Custos com Manutenção da frota (serviços e peças): R\$ 163.614,33

Média Anual com Custos de Combustível: R\$ 185.001,69

Média Anual de Custos com GPS veicular: R\$ 59.895,00

Média Anual com Custos com Lavagem de veículos: R\$ 5.092,00

Responsável pela Administração da Frota: **José Antônio Queiroz dos Santos**

A substituição da frota fica a cargo do INCRA/SEDE/BSB/DF, onde foi licitado em 2011, 10 (dez) veículos para disponibilizar a esta SR-18/PB, mas só foram entregues em 2012 o montante de 03 (três) veículos MTS/ L200 4X4 GL.

Em detrimento a locação de veículos torna-se mais viável devido aos gastos com manutenção da frota, pois o contrato de locação estão inclusos: quilometragem livre, seguro total do veículo locado, seguro contra terceiros, danos pessoais, danos materiais, seguro de vida para os passageiros (incluindo o motorista) e toda manutenção, peças, serviços, lubrificação e revisões periódicas, são a custo da empresa contratada, para tanto, o valor mensal contratado é praticamente compatível aos serviços pagos com as viaturas oficiais de manutenção.

A estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte é efetuada por esta Superintendência Regional.

VIATURAS OFICIAIS

Marca/Modelo	Ano Fabricação/Ano Modelo	Placa	Renavam	Estado da viatura
TOYOTA/BAND.B J55LP BL	1995/1996	MMR-3401	648296946	Razoável

TOYOTA/BAND.B J55LP 2BL	1996/1996	MMR-3421	648297292	inservível
TOYOTA/BAND.B J55LP 2BL	1996/1996	MMR-3391	648297144	inservível
TOYOTA/BAND.B J55LP 2BL	1996/1997	MNL-0300	665439423	inservível
Marca/Modelo	Ano Fabricação/Ano Modelo	Placa	Renavam	Estado da viatura
GM/BLAZER	1997/1998	MNW-0230	691362939	Inservível
GM/S10 2.2 D	1999/2000	MOI-3310	726366986	Inservível
GM/S10 2.2 D	1999/2000	MOI-3290	726366323	Inservível
GM/BLAZER DLX	1999/2000	MOI-2640	725766778	Inservível
GM/ D20 CUSTOM S	1995/1995	MMN-6738	640444636	Inservível
GM/ D20 CUSTOM S	1995/1995	MMN-6628	640450962	Inservível
Marca/Modelo	Ano Fabricação/Ano Modelo	Placa	Renavam	Estado da viatura
I/FORD RANGER XL 13 P	2008/2008	MNU-3362	956454739	Razoável
I/FORD RANGER XL 13 P	2008/2008	MNU-3342	956454160	Bom
I/FORD RANGER XL 13 P	2007/2008	MOS-2267	943327628	Razoável
I/FORD RANGER XL 13 P	2007/2008	MOS-2247	943326672	Inservível e batido
Marca/Modelo	Ano Fabricação/Ano Modelo	Placa	Renavam	Estado da viatura
MMC/ L200 4X4 GL	2005/2005	MNI-3243	850736188	Razoável
MMC/ L200 4X4 GL	2005/2005	MNI-3193	850735793	Razoável
MMC/ L200 4X4 GL	2005/2005	MOP-0679	865658463	Razoável
MMC/ L200 4X4	2006/2006	MNN-8607	891522670	Inservível

GL				
MMC/ L200 4X4 GL	2006/2006	MNN-8617	891522972	Razoável
MMC/ L200 4X4 GL	2006/2006	MNN-8597	891522549	Razoável
MMC/ L200 4X4 GL	2011/2012	OFD-4668	4280131-9	Bom
MMC/ L200 4X4 GL	2011/2012	OFD-4688	42980289-7	Bom
MMC/ L200 4X4 GL	2011/2012	OFD-4678	42980240-4	Bom
Marca/Modelo	Ano Fabricação/Ano Modelo	Placa	Renavam	Estado da viatura
VW/PARATI 16 V	1997/1998	MNW-0190	691363153	Inservível
VW/PARATI CL 1.8	1997/1997	MNW-0250	691352143	Inservível
VW/PARATI 16V	1997/1998	MNW-0180	691363080	Inservível
VW/PARATI CL 1.8 MI	1997/1998	MNW-0240	691364931	Inservível
VW/PARATI CLI	1996/1998	MNF-6470	662521030	Inservível
VW/PARATI CLI	1996/1996	MNG-1670	663086396	Inservível
VW/GOL CLI	1996/1996	MNF-6460	662521757	Inservível
IMP/VW GOL CL 1.8	1994/1995	MNL-0481	181987007	Inservível
VW/ GOL CL	1993/1994	MNL 0501	181821427	Inservível
VW/PARATI CL	1995/1995	MNC-2242	181990458	Inservível
VW/ GOL SPECIAL	2004/2004	MNA-6428	834517779	Inservível
VW/ GOL SPECIAL	2004/2004	MNA-6408	834515970	Inservível
VW/GOL SPECIAL	2004/2004	MNA-6358	834514648	Inservível

VW/GOL SPECIAL	2004/2004	MNE-2827	834513307	Inservível
VW/GOL SPECIAL	2004/2004	MNE-2817	834511479	Inservível
Marca/Modelo	Ano Fabricação/Ano Modelo	Placa	Renavam	Estado da viatura
FIAT/ PALIO FIRE	2005/2006	MNH-2044	859170454	Razoável
FIAT/ PALIO FIRE	2005/2006	MNH-2124	859171345	Inservível
FIAT/ SIENA ELX FLEX	2004/2005	MNT-6579	835742776	Inservível
FIAT/ UNO MILLE FIRE	2004/2005	MND-4138	835591980	Razoável
Marca/Modelo	Ano Fabricação/Ano Modelo	Placa	Renavam	Estado da Viatura
FORD/ ESCORT 1.6 GLI	1995/1996	MMR-3441	648305520	Inservível
IMP/ FORD F 4000	1995/1995	MMR-3431	648373118	Razoável
Marca/Modelo	Ano Fabricação/Ano Modelo	Placa	Renavam	Estado da viatura
M.BENZ/ L 1318 (Caminhão)	2009/2009	MOT-5853	20078462-5	Bom
Volkswagem (Ônibus Expresso Cidadão)	2009/2009	JHN-5333	-----	Bom

B = Bom; R = Razoável; I = Inservível

VIATURAS LOCADAS

Pregão Eletrônico nº 03/2009

OBJETO CONTRATO: Locação de Veículos

PROCESSO: 54320.000656/2009-85

EMPRESA CONTRATADA: ESPACIAL RENT CAR

CNPJ: 40.762.890/0001-93

CRT Nº. 17/2009

VALIDADE: 15/06/2012 A 14/06/2013

VALOR UNITÁRIO: R\$ 942,00

VALOR TOTAL MENSAL: R\$ 11.304,00

VALOR TOTAL ANUAL: R\$ 135.648,00

Média anual de quilômetros rodados: 367.517 Km/a

Responsável pela Administração da Frota: José Antônio Queiroz dos Santos

Esta contratação é objeto da necessidade do fluxo de serviços das áreas finalísticas, no tocante a liberação de créditos, no cadastramento de famílias, acompanhamentos e fiscalizações de obras de infraestrutura, supervisão de convênios, parcelamentos de áreas, vistorias, procedimentos administrativos e jurídicos, etc. para que não ocorra o comprometimento das atividades do órgão evitando assim o descumprimento das metas desta Superintendência.

Item	Marca/Modelo	Ano Fabricação/ Ano Modelo	Placa	Renavam
1	CHEVROLET/ CELTA 1.0 LT	2011/2012	NOE-0398	384735479
2	CHEVROLET/ CELTA 1.0 LT	2011/2012	NOE-0408	384736122
3	CHEVROLET/ CELTA 1.0 LT	2011/2012	NOE-0418	384736939
4	CHEVROLET/ CELTA 1.0 LT	2011/2012	NOE-0438	384738192
5	CHEVROLET/ CELTA 1.0 LT	2011/2012	NOE-0448	384738931
6	CHEVROLET/ CELTA 1.0 LT	2011/2012	NOE-0468	384740022
7	CHEVROLET/ CELTA 1.0 LT	2011/2012	NOE-0478	384740928
8	CHEVROLET/ CELTA 1.0 LT	2011/2012	NOE-1678	385601115
9	CHEVROLET/ CELTA 1.0 LT	2011/2012	NOE-1668	385597495
10	CHEVROLET/ CELTA 1.0 LT	2011/2012	NOE-0388	384734090
11	CHEVROLET/ CELTA 1.0 LT	2011/2012	NOE-0348	384733107
12	CHEVROLET/ CELTA 1.0 LT	2011/2012	NOE-0318	384732232

7.2 . Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	PARAÍBA	1	1
	JOÃO PESSOA	1	1

Fonte: Siafi

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
	UF “n”	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
Subtotal Brasil		0	0
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		0	0

Fonte: Siafi

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
373047	2051.000133.500-1	21	4	161.289,29	02/08/2000	3.377.970,88	-	120.237,50
Fonte: Setor Patrimônio								

Análise Crítica:

Em virtude de diferenças das áreas construídas registradas na Secretaria de Patrimônio da União, da Prefeitura em relação à metragem real das edificações, o Setor de Engenharia, tem buscando juntamente com os Órgãos competentes a regularização da situação, visando uniformizar a metragem quadrada em todos os entes públicos.

Depois de superada esta fase, será iniciado o processo de reavaliação da edificação, em atendimento aos normativos vigentes, corrigindo desta forma a distorção do valor atualmente registrado no SPIUNET e SIAFI, aproximando-o ao valor de mercado.

8. Gestão da Tecnologia da Informação - TI

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.

<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/plano-diretor-de-tecnologia
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2. Análise Crítica

O Núcleo de Tecnologia da Informação da Superintendência Regional respondeu o questionário com o conhecimento que tem sobre os itens solicitados, mas a informação mais precisa sobre governança e outros dados corporativos de TI devem ser obtidos diretamente junto à Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação – DET – na Sede do Incra em Brasília.

9 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			x		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Sim, cartuchos de tinta para impressoras				x	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			x		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? A Superintendência Regional vem adquirindo recarga de cartuchos com toner para impressora considerando que dessa forma impede-se o acúmulo de mais carcaças a serem decompostas no meio ambiente, além de o custo ser menor.				x	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Desde 2009, em atenção ao Decreto nº. 5.940, em 25 de outubro de 2006 (que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, segundo os princípios da agenda ambiental da administração pública/A3P, foi criada uma Comissão de Meio Ambiente composta por cinco membros de diversos setores da SR que dentre outras atividades, providenciou palestras e impressão de papel com dicas para a redução do consumo de energia, que foram afixadas atrás das portas dos ambientes de trabalho .				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? O maior volume de resíduos sólidos produzidos na SR é de papel – são gerados aproximadamente 30 kg de recicláveis a cada 15 dias, o que se configura na necessidade de coleta quinzenal por cooperativa de catadores cadastrada pela Emlur. Para minimizar os custos com a implantação da coleta seletiva, foram utilizadas caixas de papelão obtidas através de doação para o acondicionamento temporário do papel. Também, através da campanha Recincra, que está sendo promovida pelo Incra Sede, foi estimulada a diminuição no uso de copos de plástico através da adoção de canecas pessoais.				X	
<i>Considerações Gerais:</i> 1- Os quesitos foram respondidos pelos Chefes das Divisões de Obtenção, Desenvolvimento e Ordenamento. 2- Itens 1, 2, 3, 4 e 7 sobre os aspectos da gestão ambiental - observa-se que nos últimos anos as licitações para aquisições de bens e serviços de equipamentos de TI para uso corporativo foram de realizadas de maneira centralizada, pela Coordenação Geral de Tecnologia.					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	903	955	1269	8.600,17	8.957,01	11.945,71
Água (m3)	3.309	3.013	3.288	47.826,12	39.649,26	39.877,22
Energia Elétrica (Kw)	372.280	402.538	406.310	300.779,16	301.511,15	274.172,35
			Total	357.205,45	350.117,42	325.995,28

Fonte: Siafi e Setor de Administração

Percebe-se que em 2012, houve uma redução significativa do consumo de resmas de papel em relação à 2010, o que demonstra uma preocupação com a redução de gastos e com o meio ambiente. O consumo de água manteve-se estável, com ligeira oscilação. Já a energia elétrica também apresentou redução significativa.

10 Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra Paraíba					4140
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 018.563/2010-4	5.492/2011		DE	OF/ 1667/2011/TCU /SECEX/PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra Paraíba					
Descrição da Deliberação					
Determinar a Superintendência Regional do Incra na Paraíba que no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, comunique aos servidores Jaimaci Andrade Martins e Dalva Maiza Medeiros Costa as possíveis acumulações indevidas de funções, cargos e empregos . Em caso da procedência das irregularidades dar cumprimento ao art. 37 , incisos XVI e XVII, da CF/88, informando, findo aquele prazo e nas respectivas contas anuais, os resultados alcançados.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete da Superintendência					
Síntese da Providência Adotada					
No dia 22 de março de 2012, foi formalizado o processo administrativo nº 54320.000123/2012-07, visando confirmar juntos aos servidores essas possíveis acumulações . Em 25/05/2012, O servidor Jaimaci Andrade Martins, apresentou seu pedido de exoneração do cargo ocupado na Empresa Radio Tabajara S/A e a servidora Dalva Maiza Medeiros Costa, em 15/06/2012, apresentou documentos com esclarecimentos de que sua carga horário não ultrapassa carga horária máxima de 60(sessenta) horas semanais, vez que cumpre 25 (vinte e cinco) horas semanais no vínculo com a Prefeitura Municipal de João Pessoa e 30(trinta) horas semanais com vínculo com o INCRA/PB, portanto configurando acumulação legal permitida nos termos do art.37, inciso XVI, alínea "b" da CF/88.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra Paraíba					4140
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 023.279/2010-9	3.111/2009		DE	OF/ 1401/2012 – TCU/SECEX-PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra Paraíba					
Descrição da Deliberação					
Determinar a Superintendência Regional do Incra na Paraíba no prazo de 15 (quinze) o encaminhamento relativo ao cumprimento da determinação contida no item 1.5.1.1 do Acórdão 3.111/2009, informações acerca do efetivo recolhimento, por parte do Governo do Estado da Paraíba, do montante de R\$23.611,31, referente ao ressarcimento da remuneração da servidora Silvone Terezinha Nascimento Catão (matrícula SIAPE 0725555) cedido ao referido Estado.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete da Superintendência					
Síntese da Providência Adotada					
Foi feito o cálculo da atualização monetária pelo setor competente e emitida a GRU. A Superintendência notificou o Governo do Estado da Paraíba através do ofício/INCRA/SR-18/1389, de 16/11/2012 estipulando o prazo para o devido pagamento. O Governo do Estado efetuou o pagamento referente ao ressarcimento da remuneração da servidora Silvone Terezinha Nascimento Catão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra Paraíba					4140
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 021.453/2008-3	1.631/2011		DE	OF/ 0930/2012 – TCU/SECEX-PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra Paraíba					
Descrição da Deliberação					
Conforme transito em julgado do Acórdão nº 1.631/2011- TCU-Plenário, proferido no processo de Denúncia de indícios de irregularidades no âmbito desta Autarquia relacionados a processos licitatórios, terceirização de serviços e administração de pessoal, determinar a Superintendência Regional do Incra na Paraíba que informe, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da implantação do desconto parcelado em folha de pagamento de multas aplicadas aos servidores públicos responsabilizados, corrigidas monetariamente a partir da data do acórdão (15/06/2011).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete da Superintendência					
Síntese da Providência Adotada					
O servidor Wilson Rodrigues Chaves foi notificado da decisão. A Superintendência efetuou o desconto em folha do referido servidor, repondo assim o valor ao erário estipulado no acórdão . Quanto aos srs. Aristides Vilar de Oliveira, CPF 000.061,184-02 e Antonio Ribeiro, CPF 131.636.364-00, estes não são funcionários desta Autarquia, apenas exerciam, neste Órgão, cargos comissionados, sendo os mesmos exonerados pela Portaria /INCRA/P/Nº444, 12 de julho de 2010, e Portaria /INCRA/P/Nº138, de 16 de março de 2010, respectivamente.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve ocorrência no âmbito desta UJ.

10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

Não houve ocorrência no âmbito desta UJ.

10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve ocorrência no âmbito desta UJ.

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não houve ocorrência no âmbito desta UJ.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.2 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	20	0	0
	Entregaram a DBR	20	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Siafi e Siape

10.3.1.1 Análise Crítica

Os agentes registrados no Rol de Responsáveis, que atuaram no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício financeiro de 2012, estão em dia com as exigências de apresentação de Declaração de Bens e Rendas, na forma do disposto na Lei nº 8.730/93, de 10 de novembro de 1993.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.3 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV¹⁰

DECLARAÇÃO

Eu, Cleofas Ferreira Caju, CPF nº39262138172, Superintendente Regional da Superintendência do Incra/PB, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

João Pessoa/PB, 28 de março de 2013.

Cleofas Ferreira Caju
CPF nº39262138172
Superintendente Regional da Superintendência do INCRA/PB

¹⁰Esta superintendência não possui nenhum convenio celebrado no SICONV

11 Informações Contábeis

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Os procedimento adotados nesta UJ seguem o estabelecido na macrofunção SIAFI - ASSUNTO 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND., emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Na referida macrofunção está contida a base legal de sua elaboração: Lei n 4.320/64, Lei Complementar n 101/00, Normas Brasileiras de Contabilidade e Lei n 10.180/2001.

A Macrofunção detalha ainda as metodologias a serem adotadas para:

- . se estimar a vida útil econômica dos ativos;
- . cálculo de depreciação, amortização e exaustão e taxas utilizadas; e
- . realização de avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívida, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

Cumpre-nos informar que esta Superintendência calcula e registra sistematicamente depreciação mensal. Quanto à amortização e exaustão, não se aplica a UJ. Os valores contabilizados a título de depreciação impactam com redutos do Ativo em decorrência da perda de valor do bem em virtude de seu uso e redução da vida útil.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
		373047	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Ausência de reavaliação de bens imóveis2) Registro de bens imóveis adquiridos para fins de reforma agrária no Balanço da Autarquia.3) Contabilização da provisão para devedores duvidosos <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	João Pessoa/PB	Data	28/03/2013
Contador Responsável	Francisco da Chaga Lima	CRC nº	7510/0-5 DF

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Considerando o estabelecido no item 11.3, da PORTARIA-TCU Nº 150 - Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2012:

*“Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades **que não executaram** sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI”.*

Considerando o estabelecido no art. 6º, Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012:

“Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes e do Ministério Público da União - MPU, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI”.

Com fundamento nos normativos acima, esta UJ fica dispensada de apresentar este item.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976¹¹

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais¹²

11.6 Parecer da Auditoria Independente¹³

¹¹Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

¹²Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

¹³Não se aplica a natureza jurídica da UJ

PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis.

No Estado da Paraíba não existem imóveis acima de 10.000,0000ha matriculados no SNCR

Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

A efetividade da administração pública é um processo lento e exige mais do que qualquer outro fator, o compromisso coletivo. No processo de reforma agrária e ordenamento fundiário, as conjunturas políticas administrativas interferem diretamente nos resultados, vez que são necessárias ações conjuntas e multisetoriais. Somam-se a esses fatores, a necessidade de dispor os recursos orçamentários e financeiros suficientes e em tempo hábil para execução.

Após análise e compreensão dos programas e ações, identificou-se as principais situações e procedimentos a serem administrados em 2013 pelos gestores da Superintendência Regional do Incra no Estado da Paraíba, com ênfase e cuidados redobrados no planejamento, organização e monitoramento de suas tarefas, no sentido de:

- 1 - Priorizar o assentamento de famílias em vagas de projetos de assentamento, desonerando a ação de obtenção (pagamento de títulos e benfeitorias);
- 2 - Intensificar a ação de supervisão de parcelas com vistas a retomada e substituição de famílias;
- 3 - Diminuir o passivo referente às condicionantes determinadas pelo órgão ambiental com relação as Licenças Prévia e de Instalação nos projetos de assentamento;
- 4-Identificar e diminuir os passivos de infra-estrutura e de serviços nos projetos de assentamento criados a mais de 10 anos com vistas à sua consolidação e titulação definitiva das famílias;
- 5-Reacomodar/capacitar os recursos humanos em vista das aposentadorias ocorridas em 2012.